

Pauta: Transtornos causados pela CEEE Equatorial nas comunidades de Porto Alegre

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): (14h12min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Hoje, temos como pauta uma matéria muito importante; inclusive, na quarta-feira passada, estivemos em nossa sessão aqui recebendo a Equatorial nesta Casa, quando todos os vereadores puderam fazer as suas intervenções e também as suas colocações referentes ao serviço prestado pela Equatorial aqui na cidade de Porto Alegre.

Antes de dar início, eu, como presidente da comissão de Direitos Humanos aqui, preciso solicitar a indicação de dois representantes, um titular e um suplente, que sejam aqui desta comissão da Câmara Municipal da cidade de Porto Alegre, CEDECONDH, para compor o Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas da cidade de Porto Alegre, seguindo o que está disposto nos decretos municipais, o Decreto nº 20.821, de 30 de novembro de 2020, e o Decreto nº 20.822, de 30 de novembro de 2020. Informamos que a primeira plenária será realizada presencialmente no dia 18 de julho, na Casa dos Conselhos, localizada na Av. João Pessoa, 1.110, Centro Histórico. Então precisamos indicar o titular e o suplente. Já conversei com meus colegas que estão aqui, Ver. Pedro Ruas, Ver. Alvoni Medina e Ver. Cassiá Carpes, e ficarei eu como presidente, e o suplente será o Ver. Alvoni Medina, desta comissão. Já poderemos estar presentes no dia 18 de julho, então, conforme foi colocado aqui, no endereço. Temos que responder até o dia 10 de julho, já está feita a escolha.

Daremos seguimento então à nossa reunião. O proponente desta reunião de hoje, desta tarde, foi o Ver. Alvoni Medina, trazendo a comunidade da Santo André, uma comunidade pela qual a gente tem um carinho muito grande, já é a segunda vez que participam desta comissão. Na primeira, foi um tema diferente, trazendo o DEMHAB aqui para falar sobre a realidade da comunidade de vocês; hoje, também através do Ver. Alvoni Medina, o proponente, para tratar sobre a questão que vem afrontando e que vem também solicitando uma atenção muito

especial a todos os moradores lá que se encontram. Da Vila Amazônia também. O vereador está aqui. Como de praxe, como eu tenho feito, vou passar os trabalhos ao proponente. Passo a condução dos trabalhos ao Ver. Alvoni Medina.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde a todos, é um prazer muito grande estar com todos vocês, estar nesta comissão. Rodrigo Abrahão, Alessandro, também da Equatorial, e Fábio – sejam bem-vindos. Quem, da liderança da Santo André, está aqui? Jorge Fagundes. Pode compor a Mesa conosco, Jorge. Do pessoal da Vila Amazônia, que está chegando, alguém poderia representar? (Pausa.) A Vanessa, também da Santo André, por gentileza. Alguma liderança da Vila Amazônia? Estão chegando. Bom, farei uma abertura aqui, Alessandro, Fábio e Rodrigo. Andréia, pode compor a Mesa. Do Ministério Público, o André Marchesan está por aqui? (Pausa.) Por gentileza, tenha a bondade.

A visita que nós tínhamos pedido na semana passada para a CEEE Equatorial... Para deixar bem claro, esta demanda de hoje é uma demanda dos bairros pelos quais nós temos andado, ali na Vila Amazônia, na Santo André e no bairro Sarandi, são demandas da comunidade. Então a comunidade nos trouxe sobre as contas de energia, que estão muito altas; também sobre os acordos que têm sido feitos com juros muito altos, e muitos deles não têm conseguido assumir esse compromisso, porque, se paga a conta de energia, não come – a pessoa tem que fazer uma escolha. E o que eles têm nos relatado é que eles querem fazer as coisas certas, as coisas corretas, para que eles possam pagar as suas de energia. Também sobre os postes que são colocados muitas vezes pela CEEE Equatorial têm sido colocados em cima dos esgotos, quebrando a rede pluvial, o que, muitas vezes, infelizmente, acontece. Eu já tive, em alguns lugares, algumas demandas; eu estava no local, e a gente comprovou em relação a isso. Também sobre os postes que as pessoas tinham, antigos, que tiveram que comprar outros novos – essa também é uma reclamação da população. A pessoa tem um poste no lugar, já pagou por aquele poste, e aí vai

ter que pagar por outro poste, ficando já na mesma casa dois postes, e aí alguém tem que tirar. Temos aqui também a presença do Ver. Alex Fraga – seja bem-vindo. Depois, as famílias também vão poder fazer perguntas e pedir também as informações sobre o que se pode fazer para ajudar. A intenção desta reunião não é aqui crucificar, de forma nenhuma, a CEEE Equatorial, mas é para a gente conversar e chegar a uma resolução que seja boa para ambas as partes, também para as pessoas que consomem, que são clientes da CEEE Equatorial, e acredito que essa seja a intenção da CEEE, trabalhar com as comunidades, fazer o melhor para que a cidade venha a estar regularizada. Infelizmente, a gente vê as áreas de risco; a gente vê, muitas vezes, muitos fios, podendo até causar incêndio, como já aconteceu de pessoas perderem as suas casas por causa de curtos circuitos – acabaram perdendo tudo, perdendo as casas, perdendo aquilo que construíram, muitas vezes, durante muito tempo. Então eu vou passar para o Jorge Fagundes, liderança da Santo André; depois, passamos para os demais. Quando chegar o pessoal da Vila Amazônia, a gente vai convidar para compor a Mesa também. É uma conversa, depois, se dentro dessa conversa alguém quiser responder alguma coisa ou os vereadores também quiserem questionar, quiserem falar, fiquem à vontade.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): O importante, vereador, eu acho que primeiro a comunidade colocar todos os principais problemas para depois a Equatorial, enfim, poder, conforme for tendo as perguntas, elaborando já para poder responder para vocês enquanto solicitantes. Não tem ninguém da Vila Amazônia ainda?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Peço aos oradores que se identifiquem sempre que forem falar, nome e comunidade que representam. Com a palavra o Sr. Jorge Fagundes.

SR. JORGE FAGUNDES: Boa tarde a todos, boa tarde aos senhores parlamentares, boa tarde ao pessoal da Equatorial, boa tarde a todos. Eu sou o

Jorge Fagundes, representante da Vila Santander. Essa nossa batalha já vem há muitos anos com problema da CEEE. Em 2014 também aconteceram vários problemas. O problema maior da nossa comunidade é que 95% da nossa comunidade são catadores, recicladores, prestadores de serviço para o Município, e 5% dessa comunidade faz outros trabalhos. O que acontece dentro disso? Valores formados pela CEEE Equatorial, valores exorbitantes que comunidade da classe vulnerável não tem como pagar, não adianta fazer um acordo porque nós não vamos cumprir. Então é assim, nós precisamos dos senhores parlamentares, dos senhores que formalizam isso, o apoio dos senhores para que intervenham nisso para que nós possamos ter uma continuidade de luz. E por que tudo isso, pessoal? O que está acontecendo dentro da nossa vila, uma coisa que jamais era para acontecer dentro da democracia, obrigarem a pessoa a assinar um papel que não vai poder cumprir. Eu acho errado. Por que errado? Pelo seguinte, a pessoa trabalha de manhã para comer de noite, não tem um salário digno, não tem um salário fixo, e a Equatorial está lá dentro cobrando, fazendo, obrigando as pessoas a fazer um acordo, porque aonde existe uma comunidade existem pessoas deficientes, crianças, pessoas com problema, e vocês chegam e obrigam as pessoas a fazer um termo ali, assinar um contrato porque vocês alegam que a pessoa vai ficar sem luz. Mas lá atrás, quando aconteceu o problema e era CEEE... O que acontecia lá atrás? A maioria do pessoal, tinha muita gente que pagava luz, mas o que que aconteceu dentro disso? As ligações irregulares aconteciam demais, porque tinha pessoas que ligavam a luz corretamente e as outras pessoas ligavam na sua luz. Eu faço uma pergunta para os senhores aqui hoje que são da Equatorial: O compromisso do morador é do poste para dentro ou do poste para fora? Pelo que eu sei, é compromisso da Equatorial fiscalizar. Mas nem houve fiscalização! Não houve fiscalização, hoje vocês querem saber, de dinheiro, cobrança. Vocês pararam para pensar se nós temos as condições que vocês propõem? Contas de R\$ 10 mil, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil para uma classe vulnerável. Não existe, para mim isso aí é uma coisa que não tem cabimento. Vocês querem fazer um acordo para nós não pagarmos. Nós queremos estar

dentro da lei, nós queremos estar dentro dos conformes da empresa, só que não adianta vocês tentarem fazer um acordo que nós não vamos conseguir pagar. Eu pergunto para vocês: Alguém de vocês paga R\$ 2 mil de luz aqui dentro? Porque na nossa vila tem! Na nossa vila tem R\$ 2 mil, tem R\$ 600,00, tem R\$ 500,00. Uma classe vulnerável! Vocês sabem o que quer dizer classe vulnerável? São dois bicos de luz, um na cozinha, um na sala ou no quarto. (Manifestação fora do microfone. Inaudível.) Para os senhores parlamentares darem uma olhada, por favor, e daí vocês vejam se a gente está falando mentira. Nós não viemos aqui para mentir, nós viemos aqui para pedir soluções, para pedir que os nossos parlamentares entrem com o poder deles, que façam valer a democracia...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE FAGUNDES: Pois é, esse é o problema, é como eu estou explicando. Então o que acontecia antigamente? As luzes eram ligadas de forma clandestina porque vocês não faziam a fiscalização correta, que não seria a Equatorial, seria a CEEE, e agora vocês querem cobrar dos moradores. Está errado, gente! Como é que vocês vão cobrar um valor, fazer acordo com pessoas para que paguem R\$ 250,00 por mês? Como vocês vão fazer isso? R\$ 250,00, mais a conta, e o que ele vai comer? Ele não ganha isso para comer! Então vocês estão fazendo uma coisa que não vai ser concluída, que vocês não querem receber, pois se vocês quisessem receber, vocês botavam alguma coisa digna, porque lá não mora milionário. Nós não moramos em apartamento, nós não moramos em local de luxo, nós moramos na Vila Santo André, uma vila esquecida por todos há 50 anos. Então é complicado. Eu peço que vocês repensem isso. Obrigado pela atenção.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu gostaria só de colocar, até para a Equatorial saber da realidade da Santo André: uns anos atrás o Ministério Público impetrou uma ação onde a Prefeitura é ré – essa ação

determinava a saída da comunidade Santo André de lá –, ou seja, a Prefeitura tem que proporcionar um espaço, tem que proporcionar, não sei se através de Bônus Moradia, ou através de reassentamento, enfim, mas isso é um diálogo que ainda vai acontecer futuramente; aqui nesta comissão nós trouxemos os órgãos competentes, e pela primeira vez a Santo André ficou sabendo a realidade, porque até então era um terrorismo, não sabia o que acontecia, chegavam pessoas lá dizendo que iam ser despejadas, enfim, que o Município ia despejar, e pelo contrário, o Município é réu no processo ainda porque o Ministério Público entrou com uma ação. Então também está sendo acompanhado aqui por esta Casa essa questão da Santo André, da moradia, e também essa questão da luz também é um problema que nós temos também que resolver de uma forma muito correta, também com um olhar diferente para esta comunidade, da realidade deles, conforme o presidente aqui disse: a maioria trabalha de dia para comer de noite, então ninguém está se opondo, ninguém está dizendo “Não queremos pagar”, enfim, mas conforme a realidade de cada comunidade.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Com a palavra a Sra. Vanessa Camargo da Silva.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Boa tarde a todos. (Problemas técnicos no som.) ...quem estava pagando direito a sua luz, não conseguiu pagar mais, como viu aqui: R\$ 2 mil, mil trezentos e pouco; com salário mínimo, como é que alguém vai pagar isso dentro de uma comunidade carente de alta vulnerabilidade? Então nós estamos lutando há anos. E a Equatorial entrou lá dentro da comunidade para regularização, só que muitos moradores foram coagidos a assinar esse acordo, e foram desrespeitados, até os seus familiares, para assinar esse acordo, porque senão eles iam ficar sem luz. Ele dizia assim: “Nós não desligamos a luz, nós acionamos o pessoal que é responsável e em três dias vocês ficam sem luz”. Então eles estavam coagindo, não estavam deixando colocar no nome de ninguém, de outra pessoa. Uns eles colocaram no

nome de outras pessoas, uns eles estavam cobrando por fora para colocar a luz, estavam cobrando poste de uns e de outros não; uns estavam fazendo um acordo reduzindo taxa e outros não. Temos uma moradora ali que ela tem quatro crianças: Onze mil e poucos reais. Não reduziram juros nenhum. Como é que ela vai pagar isso? Ela foi obrigada a assinar porque o rapaz que estava fazendo coagiu ela. Então a gente está tentando fazer o melhor pela nossa comunidade. Nós já acionamos o Ministério Público, porque quem estava pagando, estava pagando por irregularidade de outros, e que não era fiscalizado mesmo, assim como o Jorge falou; e a gente pediu, e foi lá e não fizeram isso. Está tudo aqui, documentado, estamos comprovando que nós estamos nessa luta há anos. Isso aqui é do Ministério Público, então o Ministério Público disse que vocês têm até o dia 17 para dar uma resposta sobre isso, para nós, porque a gente está lutando. O pessoal quer pagar suas contas, só que seja justo, não que a gente venha pagar pelos outros; é uma coisa que a gente não gastou, mas um pessoal que vai ter que pagar R\$ 300 e poucos de acordo e mais o que vai vir; vai comer o quê?

SR. JORGE FAGUNDES: Vocês sabem quanto é um quilo de papelão. Vocês sabem quanto é um quilo de pet?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: A maioria dos moradores são recicladores e os que trabalham fora, o salário é mínimo; Mil trezentos e poucos uma conta de luz! E isso a gente tentou acordo há anos, tentamos, só que não conseguimos. Então a gente está tentando o melhor para nossa comunidade. Estamos esperando a resposta de vocês sobre o que vai ser feito.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): A gente, infelizmente, Alessandro, Fábio e Rodrigo, a gente tem relatos, principalmente da Vila Amazônia, as pessoas têm nos trazido até o nosso gabinete, de cobranças de pessoas que não têm condições, também, um mercado lá, pequeno, gasta de energia mais de R\$ 2 mil de energia. Não é um mercado gigantesco para gastar algo assim. Pessoas

que, infelizmente, como a Vanessa está falando, na Vila Amazônia, relatam que ganham menos que um salário, outras nem tem salário; quer dizer, não têm um salário, ganham ajuda do governo; pagam mais do que praticamente ganham. As pessoas não estão se negando a pagar suas contas, mas elas querem que as coisas sejam corretas, que se faça algo que dê para que a comunidade possa pagar, essa é a intenção da comunidade. Foi por isso que nós trouxemos as lideranças aqui, exatamente para esse tipo de coisa.

Eu estava no final de semana ali na Vila Santo André, estivemos atendendo a população, e foi o que eles nos relataram em relação às situações de contas gigantescas. Como também sobre a ação para eles saírem daquele lugar; quer dizer, eles ficam ansiosos, preocupados: vamos sair, não vamos sair, como é que fica nossa situação? Moradores que às vezes estão ali morando há anos, naquele lugar, como o Jorge falou. Infelizmente, falta um olhar para essas comunidades, e nós podemos olhar com mais atenção para essas comunidades, ajudá-las a poderem fazer as coisas corretas.

A Sra. Andréia Pereira está com a palavra.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Boa tarde, meu nome é Andréia, eu sou moradora da Vila Minuano, no Sarandi. O meu caso é diferente do deles, lá na nossa rua há mais de 10 anos nós não temos poste nenhum, de nada, nada, nem CEEE, nem ninguém. Há muitos anos a CEEE foi lá e retirou todos os postes porque não sabiam a quem pertencia a rua, estavam naquela dúvida. O que nós fizemos? Todos nós compramos postes e cabos de luz, ligamos do outro lado do Arroio Sarandi, na Vila Respeito, e de lá, até o dia de hoje vem a nossa luz. Aí foi em dezembro ou janeiro o vereador esteve com o prefeito, lá na nossa vila, e eu falei sobre a luz com o Abraão, e ele, mais ou menos me passou que seria para 2024 que estava mapeado para irem colocar poste de luz na avenida toda, e tudo certinho. Do nada, apareceram dois instaladores – o meu sogro tem um poste na casa dele, só ele tem, mais ninguém –, e botaram dois relógios, um para mim, a minha casa fica quatro casas depois da dele, eu não tenho posse de luz na frente da minha casa, e eles instalaram: ah, porque foi pedido. Não,

aqui ninguém pediu. Um mês depois eu fui procurar saber o que acontecia, foi uma instalação irregular. Lá não tem poste de luz, o cabeamento é nosso; não foi posto cabeamento. E de lá pra cá, a gente vem pagando uma fortuna de luz, sendo que a gente não tem poste de luz, não tem nada. A Equatorial fez um gato para eles ganharem dinheiro. Já viu isso? Um gato? Uma empresa fazer um gato; é isso que está acontecendo. E desde dezembro tenho conversas com o Luiz, muitas conversas, passei para ele a mesma coisa e ninguém me deu nenhum sinal, nem assim: ó, vai; como isso? Eu quero saber sobre isso, eu não vou pagar nenhuma conta, eu não tenho poste. Imagina, botou na casa do meu sogro, para mim, três casas depois, e eu não tenho nem poste, eu tenho foto, tenho vídeo, eu tenho tudo, já mandei para eles e nada foi resolvido.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Registro a presença do diretor do Procon, nosso amigo Wambert Di Lorenzo.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): O Sr. Alessandro da Silva Trindade está com a palavra.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Boa tarde a todos, meu nome é Alessandro, estou como executivo de relacionamento da CEEE Equatorial. Dando só um panorama geral de como é que está sendo o trabalho. A Equatorial chegou no Estado com a preocupação de trazer qualidade no fornecimento, a questão de segurança técnica, questões também nesse processo de regularização, buscar atender os anseios antigos das comunidades que é de ter a sua energia regularizada. A gente tinha uma demanda represada muito grande, então a gente está com trabalho desde o ano passado dessas regularizações, internamente chamamos de projeto gambiarra, porque é o nome que é trazido desde lá da Equatorial, do Maranhão. Esse projeto tem três vieses, o primeiro viés é a segurança técnica, quando foi falada a questão da preocupação com risco técnico, com incêndio que já aconteceu de pegar incêndio em grandes proporções, em comunidades carentes, tem muito esse viés de segurança

técnica em relação à fiação clandestina. Então esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é a qualidade de fornecimento, eu mesmo já estive em algumas comunidades com a Defensoria, ou visitas nossas, onde as pessoas falam: ó, minha luz aqui é irregular, mas todo mês eu tenho que comprar geladeira nova, todo mês tenho que comprar TV nova porque queima, e minha luz é irregular não tenho nem para quem recorrer. Então a qualidade do fornecimento é um ponto bem importante. E, óbvio que a empresa tem a questão da perda técnica, que tem que fazer um combate porque toda perda técnica está incluída na tarifa. Então a gente tem como nossa responsabilidade buscar reduzir essa perda técnica para não onerar todos os clientes que estão pagando a conta de energia. Nesse sentido, eu fiz algumas anotações aqui do que foi trazido, não tem representante da Vila Amazônia aqui ainda, mas, trazendo como exemplo, a gente fez a regularização recente da Vila Amazônia, mais de 600 unidades consumidoras regularizadas, ainda tem alguma pendência lá de cento e tantas ligações, e a gente está em tratativas com a comunidade para concluir a regularização. O projeto consiste que, quando a comunidade fala: ah, passou e regularizou de qualquer forma... Não, não é de qualquer forma. A gente faz uma regularização de uma forma que todos possam pedir a ligação e que ninguém fique de fora. Ninguém fique sem regularizar, porque é injusto com a pessoa que está do lado que regularizou. Então tem que ser algo uniforme.

A regularização feita na Santo André em 2014, vocês referiram, 2014 ou 2016, eu tenho datas, ela foi feita num sistema antigo de regularização chamado SMC que a gente continua, mas num formato diferente, e com certeza, deixou vulnerabilidades. Como o senhor falou, o senhor tinha uma conta, mas outros vizinhos acabavam pendurando no seu ramal, o senhor recebia a conta e acabava sem condições de pagar, porque não era só uma casa, eram duas, três, quatro casas. E o senhor tem razão quando diz que a CEEE deveria ter fiscalizado, porque é responsabilidade nossa verificar essa situação.

O apanhado geral que eu vi da vila Santo André, pegando informações no sistema, são mais ou menos nesse sentido e também o acúmulo de faturas, 30, 35 faturas nos últimos anos que acumulam num valor de R\$ 11 mil, R\$ 14 mil,

R\$ 15 mil pendentes porque não houve pagamento nenhum de fatura nesse período. As vilas Amazônia e Santo André são diferentes porque a vila Amazônia nós regularizamos agora, a Santo André já havia tido uma regularização e de lá para cá as faturas não estavam sendo pagas, algumas pelo motivo que o Sr. Jorge falou, de estar outras pessoas penduradas no mesmo ramal, outras por simplesmente deixar de pagar mesmo. Então, a questão das faturas em si da comunidade da vila Santo André, a gente vai ter que apurar caso a caso. O que a gente tem feito, e aqui me proponho deixando o compromisso firmado, é colocar uma unidade nossa de atendimento dentro da comunidade. A gente tem feito isso nas comunidades em Porto Alegre e fora de Porto Alegre, tem dado muito resultado. A Júlia e o Fábio fazem esse trabalho. A gente esteve, recentemente, no dia 1º, na Vida Nova, na Restinga, atendemos os anseios do deputado Mateus Gomes com relação àquela comunidade, o Prof. Wambert estava na reunião que fizemos na Restinga. A gente conseguiu colocar um atendimento móvel lá dentro e resolver os problemas da comunidade.

A gente não pode tornar casos específicos como uma generalidade, por isso que a gente coloca atendimento lá dentro e dizer que vamos diminuir todas as contas da Santo André, não, tem que ver caso a caso. É óbvio que a gente quer chegar num denominador comum, a gente quer chegar numa conta que fique adequada para a comunidade e, para que isso ocorra, fica já o nosso primeiro compromisso de colocar uma unidade nossa lá dentro.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu gostaria de colocar que a maior preocupação que a comunidade traz aqui é que estas contas de R\$ 11 mil, R\$ 15 mil, R\$ 20 mil, o pessoal não vai conseguir pagar. Então é um fato que preocupa, a comunidade está, enfim, não dorme por causa dessa dívida de um erro que, infelizmente, a antiga concessionária não fiscalizou. Eu acho que um erro não pode pagar o outro. Então, eu diria, uma anistia para essa situação para que a gente conseguisse daqui para frente, como vocês estão na Amazônia, regularizar. Como o senhor disse que já foi regularizada um tempo atrás e não fiscalizaram, então, isso gerou essas dívidas.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Como ele disse que ia mandar uma unidade móvel, a advogada de vocês na Defensoria Pública disse que vocês iam entrar junto com o pessoal para fazer esse levantamento e tentar ajudar a comunidade, mas não foi o que aconteceu. O que garante que não vai acontecer a mesma coisa que aconteceu com a CEEE, de o pessoal fazer o furto de energia e quem recebe a conta vai pagar por eles de novo.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: A tecnologia aplicada é um pouco diferente do que a CEEE aplicava neste método de SMC, sistema de medição centralizada, a medição fica no topo de poste e o ramal já sai medido para dentro de casa. Então a sistemática é um pouquinho diferente e a tendência é ocorrer menos. Em relação em entrar junto na comunidade, sim, tens razão, a ideia do projeto é esta, entrar os técnicos junto com a nossa unidade de atendimento. Nesse caso a Santa André acabou não ocorrendo e a gente vai recuperar o tempo perdido, eu só preciso confirmar a data, não tenho a data aqui agora, mas nesta semana dou o retorno para os Srs. Vereadores, para a senhora e para o senhor também, quando estaremos lá dentro e ajudar vocês.

A gente tem feito, vereador, até para explicar, em situações que a gente está regularizando, entrando com uma regularização nova ou, como a gente chama, retrofit, que é recuperar os SMC que a gente já tem instalado em Porto Alegre, tem situações que a gente está considerando, quando se trata de recuperação de consumo, a Anel nos permite recuperar 36 meses de consumo. Não é o caso específico, ou seja, são faturas realmente faturadas e que não estavam sendo pagas. Mas a gente tem a tendência de aplicar essa mesma metodologia para esses casos. Por exemplo, uma conta que seria acumulada de R\$ 11 mil em 36 meses, faria a proporção para seis meses. E nós já temos um formato de atendimento de parcelamento diferenciado para as comunidades, então, onde a gente entra com a regularização, se o nome do consumidor tem débito, na unidade se, por ventura, tem débito, que nem acontece, no caso, da Santo André ou se, por acaso, há uma irregularidade autuada, digamos, em algum comércio da comunidade ou algo parecido, a gente faz uma tentativa de parcelamento

totalmente diferenciada e faz também uma recuperação de valores bem mais, digamos assim, em conta, um formato reduzido de cobrança. Isso está pacificado dentro da companhia e o compromisso nosso é levar isso lá para dentro e atender caso a caso.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Eu acho importante isso, porque foi colocado aqui que uma equipe vai lá e trabalha de uma forma, outra equipe vai lá e trabalha de outra, porque até então não há um consenso, da mesma forma que foi colocado do constrangimento, de que estão sendo acuados, estão sendo obrigados, enfim. Uma questão que eu gostaria também que colocasse a regra real do poste, porque até então a comunidade não consegue entender se é fora, se é dentro, enfim, de que forma é a realidade. Eu acho importante que a Júlia e o Fábio, quando estiverem lá, fazerem este trabalho junto com a comunidade, porque serão os representantes diretamente de vocês, não será o pessoal terceirizado que irá lá e falar por vocês, não, serão os próprios profissionais da Equatorial.

SR. JORGE FAGUNDES: Mais uma pergunta. Vocês estão deixando claro que, por um erro de vocês, vocês vão fazer com que essas pessoas que têm essas contas exorbitantes pagar? É isso que estou escutando? Por um erro que cometeram, essas pessoas vão ter que pagar essa conta? Pela falta de fiscalização da empresa, essas pessoas que têm esses valores exorbitantes vão ter que pagar por isso? É isso? É isso que estou vendo? É esta a democracia que existe dentro desta Casa? Pergunto para os senhores: é esta?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Convido a Sra. Noeli de Paula, liderança da Vila Amazônia, a compor a Mesa.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Só quero aproveitar o gancho do que o Jorge falou, ponderação bem pertinente que o Jorge trouxe. Como eu falei, a gente não tem como generalizar, dizer que todos os casos são dessa forma.

Quando a CEEE fez a regularização na época, fez com a tecnologia SMC, onde as pessoas foram ligadas com seus ramais, cada uma na sua casa. Então a ação irregular não foi da companhia, há de convir que as pessoas que estavam lá acabaram agindo de forma indevida com relação ao uso da energia. Isso, uma ou outra unidade consumidora pode ter sido prejudicada, o que o senhor comentou, a gente também tem relatos, a gente convive no dia a dia da comunidade e sabe que isso já aconteceu, não tem como afirmar quais são os casos e o porquê. A fiscalização de ligação irregular é prerrogativa da concessionária, a perda é nossa, e no momento em que há um desvio considerado interno, digamos assim, porque o ramal interno de um cliente que vai para um outro cliente a gente pode prestar um suporte para tentar analisar. No momento em que for solicitar, digamos, a companhia tem serviço de aferição de medidor, se tu entendes que a tua conta de energia não está adequada com o teu consumo, primeira coisa é solicitar aferição, acho que o relógio está errado. Numa provável aferição, os testes que são feitos pelo Inmetro vão verificar se há problema na medição ou não, em não havendo, há cobrança; em havendo, as faturas são corrigidas. Esse é o primeiro ponto. Corrigindo ou adequando a informação, não é que houve uma falha da companhia nesse sentido, a companhia, quando entregou o SMC, entregou com cada casa ligada no seu ramal. Posterior a isso, ocorreram situações, não tem como generalizar, mas a gente tem como analisar caso a caso, com o senhor e com os senhores, lá na comunidade.

SR. JORGE FAGUNDES: Bom, aproveitando o seu embalo, eu sou um que fui prejudicado, a minha conta é em dia, eu pago totalmente em dia. Quando houve um gato no meu ramal, eu fiquei dois meses esperando a visita da CEEE, e quem é que pagou essa conta? Fui eu, porque a CEEE não fez nada por mim, não mandou um órgão fiscalizador, não mandou ninguém. Quem mora dentro de comunidade sabe como funciona, é regra do silêncio, se vocês não sabem. O que aconteceu para nós? Eu não poderia chegar lá e tirar, porque eu não tenho essa profissionalidade, minha profissão é outra, então eu paguei por essa dívida,

e por isso eu não quero que novamente aconteça isso, porque essas contas exorbitantes que tem aqui, eu quero que vocês me provem como a pessoa usa isso aqui de luz. Eu quero que vocês me provem, é só isso que eu peço, provem que uma pessoa que mora numa área de vulnerabilidade vai pagar R\$ 15 mil de luz, que gere essa conta. Quanto tu pagas de luz por mês? Se paga. Então esse é o problema. As pessoas de classe baixa, nós estamos sendo esmagados e nós não podemos ser esmagados. Nós viemos pedir favor? Não, nós queremos pagar, mas um negócio decente, não fora do normal. Vocês têm que cobrar bastante dessa gente grandona aí, não do pobre. O pobre que está ali ajudando... Eu vou aproveitar o embalo, desculpe, senhores, mas nós, como recicladores, aproveitando, ajudando a limpar a cidade, a limpar onde vocês lá trabalham, nós recolhemos o material de vocês e triamos. Pessoal, vamos ser dignos, vamos olhar um pouquinho para trás, vamos ser corretos, vamos dar um espaço para essa comunidade que está querendo se organizar, porque esse sistema que o senhor trouxe lá da sua cidade, de São Paulo, vão lá ver como está esse sistema que está regrando aqui, lá em São Paulo já existem 30 outras maneiras de gato, na sua cidade também, o senhor é prova disso. Então, meu amigo, se existe alguma pessoa que quer fazer, nós queremos estar dentro das regras, nos ajudem. Agora, essas contas que vocês colocaram de 15, 20, isso aqui é exorbitante, isso aqui ninguém... Nós não vamos pagar porque nós não temos condições de pagar. Nós não vamos pagar por um erro da empresa, isso aqui é erro da empresa, a empresa é responsável por um poste até o outro poste. Nós somos responsáveis pela nossa casa, e nem disso nós somos responsáveis, que ganhamos uma área e não somos donos. Eles querem dar aluguel social, querem dar isso pra nós, mas somos donos, ganhamos da Prefeitura, ganhamos do DEMHAB. Esgoto para nós não pode colocar, mas as empresas largam esgoto dentro do nosso terreno, mas esse não é o caso, mas essas contas aqui vocês vão ter que ver, porque a comunidade não vai pagar, não vai pagar por um erro da empresa, não vai pagar. Nós não temos condições e não vamos pagar, nós viemos pedir a realidade para vocês, um negócio que a gente consiga pagar, e peço para os senhores parlamentares que nós colocamos para que haja

democracia. Se eu tiver errado, me corrijam. Vocês que têm que nos ajudar, nós não temos, eu não tenho estudo para chegar até esse ponto, mas nós temos pessoas que representam a nossa comunidade. Então eu peço para vocês que viram isso aí e tomem uma atitude. Contas de 15, 20, dois, três... Isso aqui nós não vamos pagar por erro da empresa, nós não vamos pagar. E pode perguntar para comunidade que está aí. Vocês vão pagar?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Alessandro, só uma ressalva, essas contas aí são de uma pessoa ou é da comunidade?

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Não, são várias unidades consumidoras, cada uma com acúmulo de 25, 30, 35 faturas não pagas durante esse período todo e que agora a gente vai, nesse processo de nova regularização que a gente chama, que é o Retrofit, a gente vai avaliar a caso a caso.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Porque são contas de mais de 10, 15 anos.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Foi reportado que foi desde o primeiro mês, está na ata da Defensoria Pública, desde o primeiro mês. Então eles vieram, olharam o relógio, sendo que eu falei que não era o relógio, isso no caso da casa da minha irmã, que não era o relógio, eles disseram que não era nada, que não tinha como fazer gato.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Eu vou abrir para a comunidade falar, só um pouquinho, por favor.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Então o problema foi da empresa, não foi dos moradores, porque foi reportado o problema, só que eles não fizeram como tinha que ser feito. Está aqui, desde 2014, o primeiro mês.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Geralmente, quando tem um atraso de conta, era para cortar a energia da pessoa até que a pessoa pague a sua energia. Aí você deixa uma conta chegar a R\$ 1.200,00 e continua a pessoa utilizando... Eu acho que quem paga deve utilizar. Se eu estou marcando o meu relógio, como lá onde eu moro, tem o meu relógio que eu pago a minha conta todo mês, quer dizer então, eu gasto tanto e vou pagar o tanto que eu gastei. Agora, se eu não pago, é para a CEEE cortar no mínimo um mês que eu não paguei, mas aí tem contas, por exemplo, de pessoas que nos mandaram e que estão cobrando conta de três atrás. Passaram três anos e agora estão cobrando a conta dessa pessoa. Entendeu? Então é algo inédito. A Sra. Paula está com a palavra.

SRA. NOELI DE PAULA: Eu sou da comunidade Vila Amazônia, a gente já se conhece, o Fábio é parceiro nosso, sempre estou apoiando ele lá, trazendo as dificuldades da comunidade. Eu quero que vocês nos ajudem ali na situação, eu estou sempre exposta ali para ajudar a somar com vocês, porque a situação está bem precária. Vou te dizer que está bem precária a situação. Para vocês terem uma ideia, sábado e domingo eu não tenho sossego na minha cabeça, por causa dos atos lá naquela comunidade. O que acontece? O Fábio e a Júlia estão me socorrendo um monte, porque quando eu estou por aqui, com o cabelo em pé, eu chamo os companheiros. Mas a situação que está acontecendo não é que as pessoas não quiseram fazer o cadastro, porque o Ministério Público chegou a passar para mim essa situação. Foi feito esse cadastro, mas só que o problema é que, quando foram puxadas as contas das pessoas, ali no relógio não entra o nome da pessoa. Então eu queria falar, numa primeira pauta, para vocês reverem isso. Outra pauta, os postes na rua, as caixas estão no chão, até ali eu posso mostrar para vocês; tem outros relógios que estão derretidos, está um perigo. A situação está bem complicada. Outra situação, tem contas de luz que estão vindo superfaturadas, sim, bastante altas, porque inclusive eu abro as portas, como eu falei, para o Ministério Público, foi deixado bem claro que eu abro as portas para eles verem as pessoas com bico de luz, uma máquina de

lavar e um chuveiro, estão pagando R\$ 700,00, R\$ 800,00 ou R\$ 900,00. Isso aí não é o real. Outra situação, as pessoas estão me pedindo tão também que eles querem regularizar a luz, que não foi passado em casa em casa, em rua em rua. Quero deixar bem claro, não é o pessoal da comunidade que não quer fazer o seu compromisso, porque o que mais eles querem é uma luz digna. Ninguém está se negando a pagar, quero deixar bem claro para vocês. Como eu atendo a comunidade, eu falo para o meu povo, três mil moradores. Então o Fábio conhece a situação lá, até te convido, uma hora dessas, para fazer uma visita para nós, porque ali o certo mesmo, para vocês começarem a andar, deixar os troços meio corretos, vai ter de ser um perito, porque o jeito que está, se vocês forem lá ver, a situação do trabalho é toda irregular, não está o correto. Daí vocês me dizem assim: o que que eu posso falar para a comunidade? Eu não tenho o que falar, como eu falei para o Fábio e a Júlia, nós não temos como nós fazer, já fugiu do controle. Então vocês vão viver a vida toda com essa situação, a vida toda nós brigando com o Ministério Público, e não vai andar, vou ser bem sincera com vocês. O Medina conhece muito bem a nossa comunidade, que nos acompanha, ele ajuda bastante a comunidade lá, ele é prova disso, da situação que a gente anda ali. Eu quero o primeiro passo, se vocês puderem fazer um mutirão lá e rever isso aí, porque que é que vai acontecer? Vai ter gente que vai continuar irregular, tem gente lá que não foi feito nem o cadastro, não foram nem na visita nas casas. E no caso, não é meu trabalho, né? Não é meu trabalho, teus funcionários estão ganhando por isso. Simplesmente eu estou me doando para vocês, entendeu? Mas a gente está aqui para fazer a diferença. Se precisar de mim, vocês podem contar comigo, até tenho aqui a situação das caixas que estão tudo caída lá na rua, está um risco tremendo aquilo ali, vai dar um problemão, vai dar incêndio naquela comunidade, e eu só digo assim: eu quero que você dê uma visitada lá para tu ver a realidade, para tu ver com teus próprios olhos, para tu ver o que que o povo está passando. Não adianta os... Eles trabalham muito bem, a Júlio e o Fábio, que trabalham ali, fazem mutirão, excelente trabalho deles, não tenho queixa deles. Mas é coisa que foge do controle deles, não tem como. Se o Ministério Público se propõe ir lá para ver a

situação, vocês vão ver como é que é a situação, vocês vão ver que que o povo grita por socorro, o povo grita por socorro. Isso aí eu quero que você reveja. Se vocês puderem fazer essa gentileza, as minhas portas lá da associação estão abertas para receber vocês. Daí depois eu posso passar aqui, eu já passei alguma situação para o Fábio e a Júlia, e tem mais os relógios aqui que estão derretidos, os relógios pendurados, que os postes foram botados todos dentro da rua, todo dentro da rua. Quantas pessoas tinham condição no seu pátio para plantar o poste, não foi feito, entendeu? Sobre esses cadastros, os cadastros foram feitos, eu não sei se tu te lembrás, a primeira empresa que vocês contrataram ali, ali que fugiu do controle, porque eles não fizeram por rua, eles faziam assim: duas, três numa rua; duas, três noutra. Outra, tem uma situação lá que tem um acesso que não está puxada a rede. Nós estamos sem rede, e essas pessoas estão usando a luz irregular, quer dizer que nós estamos tentando botar a comunidade tudo em dia, só que essa rua, que é o trabalho de vocês, o pessoal não tem nem poste, não tem nada. E não é justo nós pagar pelas pessoas que estão irregulares, que é a pauta que está vindo essas contas altas, eu creio que é isso. Por isso que eu queria o perito lá para nós resolver essa verdade, porque vai ser bem interessante. Meu relato é isso aí.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Paula. Tenho aqui, Alessandro, o relato de uma pessoa lá da Vila Tronco: “Por que a cobrança de dívidas de três a quatro anos atrás, por exemplo, a companhia informa para as pessoas, por carta, que existe um desvio de medição desde 2020. Por que esse desvio está sendo cobrado somente agora, depois de três anos? A companhia responsável pela medição e manutenção dos medidores por que não constatou esse problema antes? Isso me parece inadequado. Como a companhia explica essa cobrança para moradores de baixa renda?” Complementando o que a Paula está falando em relação à Vila Amazônia, onde colocar os postes, não sei se o senhor, Alessandro, o senhor já esteve lá? Colocaram os relógios na rua dessa altura. E sabem que em vila a criança, o Fábio já esteve lá, entendeu? Criança em vila vai quebrar, quer dizer, de repente, até uma morte, um acidente

com essas crianças. Aí colocaram, por exemplo... Eu gosto das coisas corretas, e a gente quer o melhor, mas você tem um poste, esse poste aqui não serve mais, é o que está lá na Vila Amazônia, eu tirei várias fotos aqui. Esse poste não vale mais. Antigamente, eu o usava, eu paguei R\$ 600, um exemplo, eu não sei quanto pagou tempo atrás, aí eu paguei por esse, agora eu estou pagando por esse segundo? Um exemplo, R\$ 600,00, divido lá em dez prestações de R\$ 60,00, aí eu estou com dois postes. Esse aqui não serve mais, não dava para ter adequado esse poste, para eu continuar usando? Aí eu coloco dois na mesma calçada, não é na rua, não é dentro de casa, não é dentro da casa da pessoa, é na calçada. Se eu não tirar esse aqui, eu vou ser multado e eu vou botar onde esse poste que eu já paguei? Eu já paguei por esse poste, eu, Alvoní. É o que está acontecendo. E a altura que botaram o relógio, o Fábio já esteve lá, ele viu. Aí os moradores não querem fazer coisas irregulares, mas, às vezes, as pessoas acabam tendo que fazer coisas erradas, porque a situação deles está difícil. Eu sei que vocês pegaram o trem andando, mas a bronca é de vocês, quiseram abraçar, meu amigo, agora tem que... Não é, Fabinho? O Fábio é o grande líder comunitário lá do Sarandi, estava ali no Eixo Baltazar trabalhando conosco. Tem um atendimento dentro das comunidades, tem feito um excelente trabalho ali naqueles bairros. A gente tem procurado de todas as maneiras ajudar as comunidades dentro daquilo que... Eu acho que uns 15, 20 dias a gente estava lá, que deu o vendaval, dando alimentação, ajudando as pessoas. Nós ligamos para a CEEE Equatorial pedindo, eu pedi, por favor, mandem vir aqui ligar a energia, as pessoas estão há três dias sem energia dentro de casa, sem poder entrar nas suas casas. Eu mostrei, um pessoal da Equatorial esteve lá no carro, eu mostrei: estão vendo, é só engatar aqueles cabos que caíram lá, não sei como é que vocês chamam. Como é que chama aquele negócio para engatar? Era só engatar. “Não, mas não pode, porque, de repente, pode ter algum fio arrebitado lá para dentro”.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Foi, exatamente. Elisa, por favor.

SRA. ELISA DA ROSA: Boa tarde, eu sou da comunidade Santo André, eu moro lá há 25 anos. O que está acontecendo aqui é uma palhaçada, porque eu já vim aqui, pouca coisa foi resolvida, estou aqui novamente olhando para a cara do senhor lá, que ele simplesmente diz que não quer acordo. Nós fomos no Ministério Público, Defensoria Pública... (Problemas técnicos no som.) ...nada. Nós não temos condições de pagar. Outra: quando foi botada a luz em 2014, eu participei de toda a negociação. O que foi prometido: que a CEEE iria trabalhar dentro da comunidade. Eu fiz o pedido, até hoje, ninguém apareceu. Eu sou a prova viva, eu estava na inauguração, como alguns outros aí, e é a verdade. Eu não vim aqui para mentir. Sou pobre, eu não tenho condições de pagar pelo “gato” dos outros, não está certo, nós temos que pagar o que eu gastei. Vocês têm que resolver essa situação. Ou bota uma taxa para nós pagar daqui para frente, porque nós vamos sair daquele lugar, vocês têm que resolver. Não adianta só nós fazer reunião aqui, fazer reunião, e, na verdade, não acontece nada. O pessoal que está lá é uma palhaçada. Eu fui obrigada a assinar o meu contrato hoje de manhã, porque eu tenho uma criança que ela usa bombinha nebulizadora. Agora eu estou com problema mais sério ainda com ela, uma criança de quatro anos, e eu fui obrigada a assinar o contrato, porque como que eu vou ficar sem luz, com uma criança com problema; eu sou asmática, eu tenho que estar com o nebulizador, e daí eu fui obrigada a assinar esse contrato hoje de manhã, porque ele me falou: “Tu vai ficar sem luz, em três dias eles desligam...” E não é só comigo, eu vi absurdos acontecerem lá dentro. Eles estão coagindo os moradores a assinar aquele papel lá; eles estão cortando os fios e largando céu abaixo, caindo em cima dos carros, das kombis que reciclam lá, Juliana, e tu viu; eu gritei lá com ele, disse: “Peraí cara, e se cai na cabeça de uma criança?” Eles estão fazendo gato e sapato. Outra, eles começam a trabalhar 10h30min da manhã e 11h30min é tchau. Hoje, porque fizeram na minha casa, inclusive eu estou sem luz lá, porque eu assinei antes de sair, porque eu tinha que vim pra cá. Eles fazem gato e sapato lá na Santo André!

Estão pisando em cima dos moradores. Está bem claro e qualquer coisa pode me procurar lá na Santo André; eu não vim aqui pra mentir; nós não temos condições de pagar pelo gato dos outros; nós precisamos de ajuda dos vereadores, em quem nós votamos; nós precisamos de socorro, porque como que eu vou presa; se eu não pagar eu vou presa. Como que eu vou ir presa? Eu não roubo, eu paguei pra CEEE deixar, porque naquele tempo eu tinha quatro crianças pequenas; foi a CEEE que deixou ligado o meu gato; eu paguei, eu já falei isso em vários lugares; eu não posso ficar sem luz. E se eu não pagar, eu vou pra cadeia. Como que eu vou pra cadeia? Eu não sou ladra, eu não roubo; eu quero pagar o que eu posso pagar. Toda a comunidade quer pagar um valor que nós possamos; não uma conta de R\$ 200 e mais o que vai vir de luz; aí eu vou ter que sair a roubar mesmo pra pagar; não tem como. Fica aqui a minha indignação, e isso aqui é uma palhaçada; eu não estou gostando nada e eu tenho o direito de falar, porque aqui é a minha casa também, aqui é a Casa do povo, segundo me informaram. Então eu estou aqui falando a verdade. Eu não vim passear, porque eu tenho muita coisa pra fazer em casa. Eu tenho uma criança doente lá que eu deixei, eu estou de olho no meu telefone; se ela passar mal, eu tenho que ir para um hospital ou para uma UPA. Então eu não vim passear aqui, e nós precisamos que se resolva alguma coisa, porque a gente está com a faca no pescoço. E se a polícia vai lá e prende os moradores, por causa do gato? Tem que se resolver alguma coisa. Desculpem se eu não sei falar; não sei falar mesmo; estudei muito pouco, mas eu só vim falar a verdade.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Elisa, é isso mesmo; é falar o que está acontecendo. A Sra. Juliana está com a palavra.

SRA. JULIANA DA SILVA: Meu nome é Juliana, sou da comunidade Santo André. É assim, a CEEE, em 2014, quando foi botar a luz lá, eles botaram um relógio analógico; aquele relógio analógico já não veio zerado; a primeira conta que veio pra mim, a minha casa era uma peça só, veio 560; é uma peça só, com uma cama e um fogão. Como é que eu vou pagar 560, sem ter direito a uma

geladeira; não tinha nem chuveiro. Daí quando vieram trocar disseram assim: “Não, essa conta vai ser morta; vamos começar desse relógio digital...” Até agora não apareceu nada, só apareceram as contas. A comunidade, lá dentro, tem muitos relógios que vieram com números rodados; nunca foi zerado. Entendeu? E daí eles estão falando: “O povo não quer pagar...” Não! O povo quer pagar! Quer pagar o que gasta, não o que já vem. Se o povo tivesse que dever, não tinha os Serasa aí gente, vamos pensar no povo. A CEEE esteve lá uma vez só pra botar os relógios, depois nunca mais apareceu; nunca mais lembrou da comunidade; nunca mais olhou pro povo; nem as cartas, não chegavam lá, de cobrança. A fatura não chegava lá. Como é que querem que pague uma coisa se não chega, nem o correio direito chega lá. Não tem, não tem nada digno lá dentro. Daí vocês vêm me dizer: “Mas nós estamos tentando legalizar...” Não! Não estão tentando. Se estivessem, vocês iam olhar lá atrás o que já tinha entrado; tem contas minhas, eu, Juliana, estou aqui dizendo: “Eu tinha uma peça, e a minha conta veio 570”. Eu cheguei na presidente e disse: “Isso aqui, jamais, não tem como...” Entendeu? Eu estou dizendo aqui pra vocês, se não legalizar direitinho ou entrar num acordo, vocês vão estar trabalhando lá dentro pra mesma coisa, daqui a um pouquinho nós estaremos aqui de novo, porque não tem condições de pagar nem o acordo que nós estamos fazendo aqui, que vocês não querem acordo, imagina lá a fatura que vai vim de agora, que vocês recém estão entrando. Eu vivo só do Bolsa Família. E, aí, daí eu vou tirar da boca dos meus filhos; eu tenho cinco filhos; vou pagar o acordo mais o que vai vim. O que que eu vou comer? O que que eu vou dar pra eles? Tem a água... Estão cobrando, a CEEE estava cobrando os postes da rua, assim oh, sendo que nem tinha luz, porque as lâmpadas queimavam e nem iam lá arrumar. Da onde, nós vamos estar o que, clareando o barro, porque nós temos é chão batido, nós não temos nem asfalto, nem esgoto nós temos lá dentro; daí vamos pagar luz pra rua. Eles não pensaram na comunidade; eles pensaram no bolso. Eu quero saber como é que a gente vai pagar esse acordo, ou entrar num acordo com vocês, se quando entraram lá disseram que era uma taxa, e essa taxa não é quinhentos e pouco, de onde que uma taxa é quinhentos e pouco; a minha taxa

foi 570, com uma peça, a minha casa tinha uma peça só, na primeira fatura que veio. Está aqui a minha palavra. Pensem mais no próximo...

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, Juliana. Nós temos a Viviane, lá do Mário Quintana.

SRA. VIVIANE SANTOS OLIVEIRA: Sou da Mário Quintana, boa tarde, gente, eu vou falar pra vocês, é assim, gente, eu estava pagando R\$ 1.500,00 de luz; até tinha chamado o Medina, né Medina, eu achei um absurdo tá, porque isso é um roubo, a primeira vez eu pagava trezentos e pouco, e, do nada, R\$ 1.500,00. Como assim? Chamei a CEEE pra ver a solução, resolver; a medida que eles estavam tirando não era a mesma; não ressarciram, não me reembolsaram nada, disseram que iriam resolver e até hoje nada, e a conta vem ainda R\$ 1.000,00; estou pagando um absurdo, até porque, na verdade, a gente nem para em casa né; é só de noite. Então é um consumo muito abusivo, certo? E eu vou entrar, claro, procurar os meus direitos né, sobre isso, porque eu tenho todas as contas né, entendeu, só que isso, gente, é de boca de crianças; eu também tenho bastante filhos né, mas é um absurdo. Então sejam coerentes, pensem nas pessoas antes de fazer, porque nunca foi uma conta de luz né, que eu vejo hoje; antigamente era duzentos, cento e pouco. Imagina: R\$ 1.500,00? Mais do que um salário mínimo, muito mais, um absurdo isso daí, entendeu; e eu pago, porque, se eu não pagar, eu vou ficar sem luz. Eles não estão dando arrego, nada, pra nós, eles não são capazes, chegaram simplesmente lá e desligaram a luz, desligaram a luz da minha vizinha, porque a minha vizinha devia R\$ 3.000,00 com um monte de filho né; e ficou lá, três, quatro dias, e eu tive que ceder ainda a minha luz pra ela né, pra não ficar mal na luz né. Então isso, gente, isso está demais, até porque hoje eu vim mesmo correndo né, saí do trabalho, vim correndo pra poder participar dessa reunião que, pra mim, é muito importante né, pra mim e pra todos que estão aqui né, estão aqui representando a gente. Então é isso que eu tenho pra dizer pra vocês, se puderem nos ajudar, porque

nós somos pobres né, isso aí acho que nem rico paga né, eu acho que é um absurdo.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): A verdade é que quer pagar o correto, não é Viviane? Pagar o que se consome, porque, pagar R\$ 570 pra dois bicos de energia dentro de casa, é complicado. O Sr. Wambert, diretor do Procon, está com a palavra.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Boa tarde colegas, obrigado pelo convite, tenho o dever de estar aqui, querido presidente Medina, Cassiá, Bobadra, professor, Ver. Marcelo; representante do Ministério Público, André. O Procon abriu investigação sobre esse mesmo tema, no dia 10 de maio. A CEEE foi notificada. A intenção da notificação era, a partir das respostas da própria CEEE Equatorial, nós analisarmos os casos individuais que nós temos do Procon de suspeita de cobrança abusiva. Tem um caso que me chegou recentemente, que já contado o valor do desvio estava dando R\$ 4 mil, foi um pouco à revelia, ele não recebeu nenhuma intimação, nenhuma notificação, já está em fase recursal, e a conta dele está R\$ 51 mil. Parece-me, pelo que ele levou do recurso – estou ilustrando com um caso apenas, são centenas –, que a companhia recorreu, ele estava a revel, ele não sabia, ganhou na primeira instância, porque nós temos ali um agravo. E o agravo, então, mandou bloquear, com a teimosinha, a conta bancária dele, onde ele recebe os seus benefícios, é um aposentado. Então, ele vai morrer de fome, porque, se ele for pagar os R\$ 51 mil, e já é uma decisão judicial, pelo que eu vi ali no processo, esse homem vai passar anos pagando essa conta, sem ter direito a aposentaria... Vai, é uma coisa surreal – é surreal! Como eu não advogo no processo, eu só recebi as peças que ele me forneceu, para mim é um mistério, como é que uma conta de R\$ 4 mil se torna R\$ 51 mil? E como um juiz manda bloquear os benefícios de um pobre? – esse é outro assunto. Então, no dia 10 de maio, nós abrimos essa reclamação, já temos algumas respostas, que nos são assim do ponto de vista de políticas públicas. Elas são interessantes, nós já repassamos para outros órgãos da Prefeitura. Por exemplo, há uma

diferença entre – não sei se a CEEE explicou – normalização e regularização. A regularização fundiária são unidades de consumo que são novas, então, mesmo que tenha havido o desvio da energia, a companhia não cobra a partir da instalação, ela não cobra para trás, quando é uma unidade de consumo nova. Quando há furto ou suspeita de furto, a prerrogativa da companhia é cobrar aquilo que foi estimado, porém esse cálculo médio, essa estimativa, pela Instrução Normativa nº 01/21, da própria Aneel, limita em 36 meses. Se a gente pegar uma conta, uma cobrança, a partir daquele momento que foi normalizado o consumo, constatada a fraude ou desvio da energia, a companhia só cobra a média dos 36 meses retroativos. Não é isso? Então, o que o Procon vai fazer, a partir de agora, é um estudo comparativo, é complexo, nos falta braço, mas a gente tem as unhas, entendeu? Então a gente tem unha, tem dente, tem pé, a gente vai fazer o que tem que ser feito. Nós vamos pegar esses casos individuais para a gente analisar se há suspeita de cobrança abusiva nesses 36 meses, que foi uma reclamação que chegou também ao prefeito nas comunidades.

De alguma forma, eu já quero agradecer também a presteza da companhia, que nunca se negou a responder o Procon, responde com muita agilidade. E a peça que eu tenho aqui deles, a resposta, a notificação, porque não tem auto de infração, era só um pedido de informações para entender esse quadro, para a gente, a partir daí, analisar os casos individuais. Então a companhia tem sido muito prestativa. Inclusive, aviso aos líderes comunitários que estão aqui que o Procon já fez duas ações, tivemos numa audiência pública lá na Restinga, junto com a CEEE, e recentemente, com as mesmas reclamações que eu estou escutando aqui, nós fizemos uma ação conjunta integrada, no Loteamento Irmãos Maristas, acho que há 15 dias, onde fomos acompanhados da CEEE, que se colocou à disposição para acompanhar o Procon. Porque – só para fechar e não tomar muito tempo – é uma prática do Procon, nós estamos ainda em instalações provisórias, esse serviço retornará, mas, dentro do Procon, nós temos atendentes das empresas. Então, nós temos da Vivo, da Claro, da Oi, só não tem da Tim. E também eu tinha conseguido com a Equatorial um atendente permanente lá dentro do Procon, que, devido a situações de estrutura, não é

possível eles estarem lá agora, mas, em breve, retornarão. Então, essa parceria com os fornecedores, o Procon já o faz, para não ter que responder ao processo administrativo, porque, se tem alguém dessas companhias atendendo, se a causa for justa, em geral, o consumidor já sai com seu problema resolvido – foi isso que nós fizemos lá na no Loteamento Irmãos Maristas. A CEEE atua sob a fiscalização do Procon, sob o olhar do Procon, encostamos o nosso Procon móvel e mais uma viatura da CEEE, e vamos fazer mais atividades nas comunidades, estamos à disposição. Essas contas individuais nada impede, apesar dessa audiência pública dos compromissos que a CEEE está assumindo, que vocês entrem com reclamações individuais, isso é fácil de fazer, é prático e é eficiente, basta entrar no 156. Então, se vocês entrarem na plataforma 156, pelo celular, vocês conseguem fazer a reclamação do Procon, e as reclamações também se há suspeita de cobranças exorbitante nas contas de luz. Está bem? Presidente, muito obrigado.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Obrigado, diretor. Mais alguém da comunidade que queira falar?

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Eu sou lá da Vila Minuano, sobre a instalação irregular. Só para concluir, foi mandado dois técnicos duas vezes e eles constataram a irregularidade e até agora não foi retirado nada. Os técnicos de vocês que constataram.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Estava consultando aqui as conversas que eu tive, na época, com o técnico, o colega Alex Mafra, tenho até aqui os endereços que foram passados na época: Av. Dique, 105 e 105/1, dois medidores no mesmo endereço. Então, o que ele colocou na época? Isso foi em fevereiro deste ano. Ele colocou assim: que a fiação que está sendo utilizada é da responsabilidade do cliente, a nossa ligação até o medidor que era totalmente nova. Pelo sistema ali, a gente tem o número de unidades consumidoras, tanto das duas medições, tanto da que está no nome de Gleci, quanto no seu nome, Andréia Pereira. Então

tem os dois números de medidores de ligação que está regularizado, e o que ele passou foi que a nossa ligação até o medidor é totalmente nova, que a carga é de responsabilidade do cliente. Aí, ele reiterou: a nossa ligação de entrada é toda nova, o que ainda é reutilizada é a parte da carga do cliente, que é da responsabilidade dele.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Primeiro, vocês fazem a instalação por cima do valão?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Não, o que foi colocado...

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: A gente não tem poste na via, em nenhuma casa, como faz uma instalação, sendo que todo cabeamento é nosso, a gente comprou há 10 anos? É irregular, e vocês estão batendo nessa tecla, está errado, vocês fizeram um gato na nossa luz.

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Não. A companhia não tem como fazer um gato.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Mas se vocês estão utilizando a nossa rede, que a gente não tem, que a gente puxou lá do outro lado, há 10 anos, da outra vila, porque a CEEE, na época, autorizou, eles mesmos botaram lá, se a gente não tem poste de luz na via toda, como é que tu me dizes que não é irregular?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Eu teria que pedir para um técnico...

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Mais uma vez? Pela terceira vez vai o técnico?

SR. RODRIGO ABRAHÃO: Agora, com essa reclamação que tu estás fazendo, tu...

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Mas eu já fiz a reclamação duas vezes. Eu estou desde dezembro fazendo reclamações. Eu tenho tudo escrito, tudo no celular, tudo, desde dezembro. Gente, pelo amor de Deus, como que vai ter um cabeamento por cima do valão? Vocês fazem assim?

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Bem, dona Andréa, assim, primeiro, quando a senhora fala que comprou os cabos e tal, colocaram a rede, puxaram uma rede regular para atender onde a gente não está atendendo ainda, né? (Pausa.) Sim, sim. O Rodrigo tem a sua UC – Unidade Consumidora – específica, a gente vai analisar o caso mais de perto, verificar qual é a situação. A questão de a companhia estar fazendo gatos realmente não existe, a gente faz as ligações regulares...

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Irregular. Se não tem poste na via é irregular. Não tem poste! Gente, pelo amor de Deus...

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Eu estou tentando imaginar como é que seria essa situação, mas vamos verificar no local.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Alessandro, o que você acha de marcar, a gente vai lá na comunidade...

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Isso, marcar especificamente, nesse caso específico. Isso. É isso aí.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Eu tenho fotos, vídeo, tudo. Está tudo aqui.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Então, nós vamos atender esse, eu estou fazendo aqui as anotações das devolutivas...

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Eu vou junto contigo, Alessandro.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Eu não tenho nem poste na frente da minha casa, é um pau, um pau de madeira com os fios puxados do outro lado.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: É isso que eu digo, essa rede ainda não está regularizada, essa rede não foi a CEEE que colocou.

SRA. ANDRÉIA PEREIRA: Não, não está. Foi mapeada pra 2024 e foram dois instaladores lá, do nada, fizeram a instalação irregular.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: E se realmente está puxando uma energia de uma rede que é irregular, também não é padrão da concessionária. A gente tem que corrigir. A gente tem que ir lá e fazer o desligamento dessa rede. Essa que é a situação fática, mas daí, como o vereador comentou, a gente visita lá, faz uma vistoria local, sem problema nenhum. Eu não sei, vereador, a gente continua aqui? Eu anotei algumas coisas que a dona Paula, o pessoal foi comentando...

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Deixa só eu passar a palavra um minuto. O Fábio está com a palavra.

SR. FÁBIO HENRIQUE PINTO NUNES: Boa tarde. Eu sou Fábio, liderança do bairro Sarandi, e, além de liderança do bairro Sarandi, eu também estava como gestor da subprefeitura do Eixo Baltazar. Eu gostaria que a CEEE Equatorial trabalhasse tão bem como quando vocês cortam a luz, porque é uma vergonha – é uma vergonha! – de ver quantos carros vocês têm por rua cortando luz de cidadãos. Nós estamos lidando aqui, pessoal – a verdade nós temos que dizer e pouco importa isso pra vocês –, com recicladores, com pessoas pobres. E me perdoe a comunidade pelo que vou falar, mas tem pessoas miseráveis aqui, em situação vulnerável, eles não têm o que comer, eles ganham Bolsa Família e, muitas vezes, dá errado lá no mês, e é cortado o Bolsa Família deles por uma vírgula. Eu perguntei aqui para os meus amigos se eu poderia pegar um pouco

pesado, e eu vou pegar pesado: vocês são umas piadas! A CEEE Equatorial é uma piada! E não adianta me olhar feio, irmão. Porque o que a gente passa, quem está lá na ponta sabe o que está falando. A gente passa dificuldade, a gente passa fome, a gente é líder comunitário, vão bater na nossa porta de madrugada. O pessoal, ali na Vila Amazônia, para vocês terem uma ideia, às 20h já não pode tomar banho, porque a força de luz que chega para eles é péssima. E aí, de madrugada, toca o meu telefone porque pegou fogo na casa lá de um cidadão pobre, que passava fome, reciclador, por problema que talvez, não vocês, a CEEE já poderia ter resolvido, no sentido de fazer uma ligação. É simples. O que estamos falando aqui, para vocês terem uma ideia, eu trabalho numa ONG lá no Sarandi, nós temos uma ONG, eu estou pagando R\$ 600 de luz. Isso é piada. Num lugar em que nós não temos receita, não temos nada. Sai do meu bolso. É piada a gente pagar R\$ 600, onde a gente pagava R\$ 100 antes de vocês chegarem aqui. Os funcionários de vocês são todos do Nordeste. É outro padrão, irmão. Lá é um padrão, aqui no Sul é outro padrão; eles não têm qualificação para trabalhar. Vocês têm que dar cursos para os funcionários de vocês, porque nem medição de luz eles conseguem fazer direito.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Deixem só eu complementar as falas do Alessandro, do Fábio e do Rodrigo. Quando eu estive lá na Vila Amazônia, o pessoal comentou, se eu não me engano o Rodrigo, na época em que estava lá também, disseram que a forma como os funcionários tratavam os moradores era desrespeitadora, era vergonhosa. Teve uma senhora que me contou que o rapaz pediu água na casa dela umas dez vezes, porque essa senhora tem uma menina de 12, 13 anos, isso tudo por causa da menina que estava lá. Os caras iam para lá, fumavam maconha, ficavam fumando maconha. Não tenho nada que ver com que a pessoa faz, se quer fumar maconha, fume maconha na sua casa. Mas na hora de trabalho, o cara fumando maconha? Está trabalhando e está lá com um cigarro de maconha no meio dos dedos. Foi o que nós conversamos, desrespeitando a companhia. Porque isso é desrespeito com a companhia. Porque, se eu tenho uma empresa, eu coloco uma pessoa, um funcionário desse

jeito, e eu descubro que ele faz isso, eu mando embora. Porque ele está me desrespeitando e desrespeitando os meus clientes. Sem falar nos palavrões que eles falavam lá dentro, na frente das senhoras casadas, de criança, de meninas. Nós temos que ver quem são os profissionais que nós estamos colocando nas nossas empresas, porque a responsabilidade... Vai que, de repente, um cara desses, numa hora dessas, pega uma menina num lugar desses. Se é minha filha, imagina! Eu tenho uma filha, hoje, que está com 40 anos, é casada há 19 anos, graças a Deus, se acontecesse uma coisa dessas com minha filha, eu, sinceramente, não sei o que eu faria. Eu sou pastor da Igreja Universal há 35 anos, eu amo o meu próximo, mas, aqui, não corre água, não. Essa água aqui é para matar a minha sede, mas, aqui dentro, não corre água, não. Então, eu vejo que a comunidade não está exigindo, não está pedindo nada, não está pedindo um favor, não. Eles não estão aqui pedindo um favor ou se humilhando, pedindo por amor de Deus, ponham energia lá na minha casa, não! Eles querem pagar por uma coisa que querem utilizar, eles querem pagar a conta certa, correta. Querem pagar a conta relativa ao que estão gastando. Eu gasto, na minha casa, não sei se é muito ou se é pouco, a conta mais alta que eu paguei onde eu moro, no apartamento onde eu moro, que é alugado, que nem é meu, acho que a conta mais alta que eu paguei lá foi de R\$ 170. A mais alta. Eu tenho condicionador de ar e quase não uso; eu uso ar-condicionado no verão. Eu tenho geladeira, uso o ferro elétrico para passar roupa, tenho televisão na sala da casa. Não entendo, na vila, onde a pessoa tem um bico de luz, gastar R\$ 570? E esse senhor vai pagar R\$ 51 mil. Daqui a um pouquinho, o cara vai acabar dando um tiro na cabeça. Imaginem! E nem falo do juiz que liberou isso para o cara pagar. Esse juiz, no mínimo, não deve estar neste planeta. Deve estar em outro planeta. Ou não vai sair do bolso dele.

SR. FÁBIO HENRIQUE PINTO NUNES: Vereador, eu gostaria só de saber se haveria a possibilidade, enquanto não se resolve esse problema dos moradores aí, se não fariam uma taxa mínima, uma tarifa mínima para eles. Até ser resolvido esse problema. E eu vou dizer uma coisa, eles não merecem estar pagando por

algo que eles não gastaram. Enquanto não se resolver o problema, fazer tarifa mínima, porque senão eles não vão conseguir nem comer. Era isso. Muito obrigado.

SRA. NOELI DE PAULA: Eu sou a Paula, da Vila Amazônia. Outra coisa que eu me esqueci de colocar pra ti que tem como corretamente, e senhor é linha de frente, é que não estão indo as faturas lá. Eles tiram ali e está tudo em branco, daí eu não sei o que está acontecendo. Inclusive eles foram lá, esta semana, cortar a luz do meu vizinho, e as fatura estão todas em branco. E tem gente, há seis meses, e eles entregam a fatura branca, sem nada. Daí eu gostaria que vocês vissem com o que tira a leitura lá para ver o que está acontecendo, o que vai acontecer? Vai vir uma conta alta? Eles não vão ter condição de pagar. Seis meses, tem casa lá que eles foram falar para mim que está tudo em branco. Mostraram e está tudo em branco. Daí foram lá cortar a luz do meu vizinho, e ele mostrou as folhas tudo em branco, sem nada de fatura. Então, isso aí eu já quero passar para vocês, para os que estão tirando leitura reverem essa situação porque várias casas que estão assim. Eu te passei, não é, Fábio? Eu te passei que está indo em branco, entendeu? Daí depois vai vir aquela conta lá em cima, as pessoas não vão ter como pagar, ou vão sofrer um corte daqui a pouco.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Boa tarde a todos. Eu acho que o pessoal falou a verdade, não tem o que esperar, tem que se decidir. A Equatorial já está num bom tempo, e nós sabemos que na cidade tem áreas irregulares, tem áreas regulares, cada caso é um caso, mas eu pergunto: vocês já têm um plano de trabalho para essas adversidades por que as pessoas estão passando nas periferias da cidade? Em termos de negociação, em termos de dar estrutura? Senão nós vamos ficar aqui batendo papo, cada vez chamando vocês. Quando vocês vieram aqui no plenário era para aquele vendaval, a gente tem que separar as coisas. Vendaval a gente entende, mas esse é outro vendaval, é um vendaval que vem se perpetuando, vem continuamente, e eu gostaria que esta Comissão requeresse a vocês um plano de trabalho para negociar essas dívidas,

porque não tem cabimento, eles não vão pagar. Olha, o dia que eu pagar R\$ 2 mil de luz, eu mando fechar a casa, cortar tudo e para tudo. Acho que eu não pago R\$ 500,00, que é débito em conta. A última vez que eu vi era R\$ 350,00. Então, essa é a realidade deles, se vocês não tratarem a realidade de cada um, a empresa de vocês vai ser uma empresa antipática, sem uma... eu não eu gostaria de defender vocês aqui, mas eu não tenho dados para defender. Se vocês não derem dados à nossa Comissão, que é de Direitos Humanos, Consumidor, e como disse o Wambert aí, ele está procurando seus meios, está procurando ajudar, mas quem tem que ajudar mais são vocês. Qual é a política de vocês para Porto Alegre nessas periferias em termos de regularização? Só não me venham me dizer o seguinte: "A Prefeitura". Eu acho até que vocês têm que conversar bastante com a Prefeitura, a Prefeitura bota água, a água é municipal, e vocês... são duas coisas diferentes. Eu entendo que vocês poderiam mandar para nós aí um plano de trabalho, qual é a política de vocês em relação a essa questão de iluminação.

Eu quero dizer ao pessoal o seguinte, para a gente esclarecer o que é uma coisa e o que é outra coisa. Jamais vão botar asfalto para vocês a não ser que seja gato também, é outra linguagem, mas é essa. Não vão botar asfalto para vocês se não tiver água e se não tiver luz, uma coisa puxa outra. Não existe... a drenagem, tudo isso aí dá estrutura para vocês. Claro que tem áreas irregulares ainda, mas aí eu peço a CEEE que solicite ao DEMHAB para ver como estão essas áreas. Está buscando regularização? É particular? É pública? Acho que isso aí são dados importantes para vocês, senão vocês vão ter que estar brigando com o pessoal. Agora, como disse o Wambert, uma conta de R\$ 50 mil, o pessoal não vai pagar. Qual é o plano que vocês têm para esse pessoal? E parece que aqui é uma rotina dentro de Porto Alegre nessas periferias mais distantes, vários problemas, pessoas pobres, que realmente não tem. Paga luz, paga água, paga IPVA, se tem um carrinho lá para trabalhar, às vezes, tem que botar tudo dentro do carro para poder pegar um servicinho, pegar um dinheiro e voltar para casa de tardezinha. Então, gostaria que vocês, se não dessem para eles, mas dessem para esta Comissão, qual é o plano de trabalho, qual é a

política de vocês nessas áreas em Porto Alegre, que são muitas. Obrigado pela presença, mas nós precisamos desses dados, porque senão nós vamos, toda hora, estar nos debatendo, e eles vindo aqui nos cobrar. Nós estamos encaminhando como vereadores, legítimos representantes, como eles disseram, do povo, mas, na realidade, vocês têm que prestar contas à sociedade, e prestando conta a nós, vocês estão prestando à sociedade. (Palmas.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Presidente, serei breve, estou vice-presidente desta Comissão, todos aqui já foram presidente, quero agradecer a presença especial do nosso colega, sempre veador, Wambert. Para não ficar plunct plact zum e não chegar a lugar nenhum, a Equatorial está deixando a desejar de uma forma assim que não tem palavras, só reclamações de todos os lugares. Eu já dei o exemplo, algumas vezes na tribuna, que eu moro no Centro Histórico e, para ligar a luz de um apartamento – detalhe: não tinha que botar o relógio, era só levantar a chave – levou 15 dias, no Centro de Porto Alegre. Então, as pessoas estão sofrendo demais. Ninguém veio aqui para torturar vocês ou para humilhar vocês, não é isso, mas eu quero saber se vocês têm algum poder decisório sobre as questões que nós estamos passando para vocês, que são questões importantes. De repente, a empresa mandou dois prepostos para ouvir as reclamações e não vão resolver nada, vão fazer um relatório e vão levar para dentro da empresa. Eu quero trazer para vocês, aqui está o Ministério Público, que é o fiscal da lei, que a coisa aqui não é brincadeira. Ninguém quer fazer carinho em vocês ou ser amigo de vocês, a gente quer ajudar essas pessoas aqui que nos elegeram, mas vocês compraram a CEEE por R\$ 100 mil, foi uma barbada. Claro, vocês pegaram toda a dívida, todo o passivo, mas vocês têm que cumprir um contrato. Eu quero só ler rapidamente para vocês duas formas de extinção do contrato que podem fazer vocês perderem o emprego de vocês: a encampação – o Estado pode encampar

novamente a Equatorial, encampar a CEEE, por interesse público; e caducidade – é a inexecução total ou parcial do contrato. Está aqui o Ministério Público, vocês podem perder essa concessão e perder o emprego de vocês. Fora que nós podemos fazer uma CPI da Equatorial e convocar aqui o presidente da Equatorial... a coisa não é brincadeira, as pessoas estão precisando de ajuda aqui, e esta Comissão aqui, que é multipartidária, que não é ideológica, para ajudar as pessoas, presidida brilhantemente pelo Ver. Conselheiro Marcelo, tem um objetivo que é ajudar as pessoas. Ninguém quer fazer nenhuma cláusula leonina para prejudicar a Equatorial, mas nós queremos sair daqui com um entendimento, com um encaminhamento, ninguém quer brincar e chamar vocês de novo aqui. Então, eu quero até me atrever aqui, Ver. Alvoní, sei que tu és o autor dessa chamada pública importante, mas o plano de trabalho, que foi lembrado muito bem pelo Ver. Cassiá, é condição *sine qua non* para terminar esta reunião.

Segundo, a questão da taxa social, da mesma forma.

E o terceiro é o perdão da dívida, porque, pelo que eu estou vendo aqui, na verdade, foi uma incapacidade administrativa da própria empresa de executar o contrato. Está aqui o Ministério Público, não seria o termo de ajuste conduta não é isso, mas fazer um entendimento aqui para a coisa ficar boa para todo mundo, porque senão nós vamos fazer uma CPI da Equatorial, vamos chamar vocês aqui. Se um deputado estadual fizer uma CPI da Equatorial – certo? –, e nós aqui fizermos uma moção de apoio em favor da encampação ou caducidade da Equatorial, acaba o contrato de vocês. O Estado devolve os cem pilas para vocês e já era. A coisa não é brincadeira, as pessoas precisam de ajuda aqui.

Então, presidente, com o maior respeito aqui, mas entendo que deveria ficar registrado. E quando o senhor fala que paga R\$ 170,00 ali é porque tem luz que é comercial, residencial, industrial, monofásica, bifásica, talvez nós tenhamos que fazer uma auditoria nas contas da Equatorial em Porto Alegre... Tem um projeto de lei em Brasília que está prevendo decair o valor da cobrança em um ano; hoje o Código Civil diz que são dez anos, o entendimento do STJ diz que são cinco, varia muito, mas nós temos que fazer uma auditoria porque são

milhares de reclamações com relação às contas, não tem um critério. E vocês, a visão da empresa de vocês, que não são vocês – vocês são funcionários – visando ao lucro, vocês contratam uma mão de obra que é menos qualificada de outras regiões do País visando estritamente ao lucro e prejudicando o atendimento. Vocês não estão cumprindo o contrato! Vocês correm um sério risco de perder a concessão de vocês. (Palmas.)

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu acho que os colegas vereadores que me antecederam manifestaram suas preocupações de forma bastante incisiva e boa. Mas aproveito a oportunidade para fazer um alerta, a CEEE presta um serviço que é de utilidade pública, assim como água tratada. Nós temos a intenção do prefeito Sebastião Melo em privatizar o DMAE, então se preparem, se ele conseguir isso, vocês vão sentar aqui nesta comissão talvez reivindicando direito à água potável. Vamos ficar atentos. É importante que a população de Porto Alegre se posicione, porque já foi a CEEE, agora é Equatorial.

A senhora que mora na Minuano, a sua situação é a seguinte, não tinha luz, a antiga CEEE, estatal, fez uma gambiarra com os recursos que vocês juntaram, fiação de vocês, eles fizeram a ligação e permitiram que tu tivesses acesso à luz. O que o pessoal da Equatorial diz aqui é que “realmente é irregular, nós vamos lá e vamos desligar”. A empresa privada visa à prestação de um serviço essencial, essa é a finalidade base de uma empresa privada? Não! É lucro, é dinheiro! E o dinheiro sai do nosso bolso. É isso. É o que a gente está falando agora, prestação de serviço público essencial deve ser por uma empresa pública e não, uma empresa privada, porque empresa privada visa lucro e não o bem-estar e a saúde de vocês. Simples assim. Obrigado e desculpa o meu desabafo.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Eu ia até fazer uma menção ao caso do Ver. Bobada, porque eu conheço o caso do condomínio dele, e é pela incongruência do endereço na Equatorial que não corresponde ao endereço da Prefeitura. Acompanhei o caso, é um problema do sistema da Equatorial. Só para trazer um dado, presidente, do que nós estamos tratando aqui, do ponto de vista técnico, é da normalização e da cobrança abusiva em contas normais. A regularização das novas unidades de consumo, em 2002, foram 2.699 novas unidades nas vilas de Porto Alegre; e em 2023, foram 1.733 novas unidades de consumo em Porto Alegre. Porém normalizações, ou seja, quando se encontra algum desvio de energia e precisa normalizar o fornecimento, em 2022, foram 27.108 casos de normalização, ou seja, de constatação de fraude no desvio da energia; em 2023, já foram 13.987. Isso reflete por que o Procon já tem centenas de casos em que se reclama da cobrança abusiva da diferença e de que há suspeita, que nós estamos investigando evidentemente, se essa cobrança ultrapassa a média dos 36 meses. Claro que é muito fácil colocar tudo isso em 36 meses, basta elevar o valor. Então, esse é o teor da nossa... agora, o volume é um oceano de unidades de consumo que nós temos que verificar. Repetindo, 27.109 no ano passado, e este ano 13.987. Muito obrigado, presidente.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): A Sra. Ana Paula P. dos Santos, moradora da comunidade Santo André, está com a palavra.

SRA. ANA PAULA P. DOS SANTOS: Eu tenho uma dívida, não se relaciona à comunidade, mas é assim, eu, como outras pessoas, já estou em penhora de bens, de seis em seis meses a minha conta é bloqueada, o juiz manda bloquear minha conta. Eu tenho uma dívida de R\$ 11,7 mil, o que que acontece? Quando eles vieram agora para regularizar onde eu estou morando hoje, a minha dívida era R\$ 11,7 mil, eles fazem o parcelamento em 48 vezes. Como eu poderei pagar uma dívida, um acordo de R\$ 243 por mês e mais a fatura do mês? Eu não consigo. O que eu tive que fazer? Colocar no nome de outra pessoa. A dela, já está em cumprimento de sentença, um valor de R\$10 mil e alguma coisa. Ela

não tem condições de pagar também. Nós não estamos nos negando de pagar. Eu quero muito pagar, porque é importante nós termos um comprovante de residência para qualquer coisa hoje em dia, mas como pagar um valor em tão poucas vezes? Como a minha dívida não é na CEEE, é de uma outra localidade, eles disseram para mim que eu tenho que ir na agência. Eu liguei para agência, eles disseram para mim que parcelam em 24 vezes. Como nós poderíamos pagar um valor de R\$ 11,7 mil em 24 vezes? É impossível! Eu gostaria que alguém esclarecesse para nós como vai ficar essa situação, porque, daqui a pouco, nós já ganhamos pouco e o pouco que nós ganhamos está sendo bloqueado, qualquer coisa que tu tenhas, eles vão lá e... Há cinco anos, o meu ex-marido vendeu um carro que estava no meu nome, eu não sabia, fiquei sabendo agora, este ano, que esse carro não foi tirado do meu nome, fiquei sabendo que agora eles acharam esse carro. Claro, se pegar, por mim, está bem, porque eu não sei quem comprou, não sei onde é que anda. Mas, então, quer dizer, tudo que eu tiver no meu nome vai ser tomado de mim? Eu gostaria de alguma solução, tanto para mim quanto muitas outras pessoas que também estão... Eu estou citando o meu caso e o dela, mas muitas pessoas estão nessa situação a ponto de perder tudo, qualquer bem que tenha. Eu agradeço essa oportunidade.

SRA. DAIANE MACIEL PEREIRA: Sou Daiane, da Santo André. No meu caso, eles foram na minha casa, a Vanessa estava comigo, e eles parcelaram a minha dívida em 48 vezes de R\$ 240,00, como é que eu vou pagar? Eu tenho cinco filhos, como é que eu vou pagar se é só o meu marido que trabalha? Não tem como, não tem condições. Daí eles não quiseram diminuir. E no caso, ele coagiu, sim, ele falou que, se eu não assinasse, eu ia ficar sem luz. Como é que eu vou ficar sem luz com um monte de criança em casa? Não tem como. Como é que a gente vai resolver isso aí?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Mas é uma dívida de quantos anos?

SRA. DAIANE MACIEL PEREIRA: Desde 2016.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Uma dívida de R\$ 14.743,83, outra de R\$ 8.434,00. Como é que deixam chegar a uma situação dessa? Eu não consigo entender.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Outra pergunta que eu gostaria de fazer a vocês: se vocês, dentro dessa realidade que vocês já estão conhecendo na cidade, a Equatorial não tem um programa de um Refis, que até Prefeitura faz? Eu lembro que o que foi repetido aqui eu recebi como resposta uma vez: 24 meses. Um carro vai a mais de 80 vezes, e a casa é sem dúvida muito mais importante que o carro. O carro vem depois, a casa vem primeiro. E esse é o plano de trabalho que eu gostaria que vocês dissessem. Não dá para fazer um Refis esse ano para acomodar? Não adianta mandar para justiça. O que o Wambert disse aqui é verdade. Mandar para justiça R\$ 50 mil, quem é que vai pagar? Quanto de juros tem dentro de R\$ 50 mil? O Refis pega juros, pega tudo, diminui muito essa pressão em cima da sociedade, e vocês vão criar um corpo novo, uma credibilidade nova. Eu sei que vocês pegaram a barca andando, como já foi dito aqui, mas agora é essa política e vocês querem saber, eu quero saber e a população quer saber. É muito fácil chegar lá, corta esse, bota aquele, tira aquele, cobra daquele. Mas cadê a política de vocês? Eu sugiro isso, façam um Refis, ainda esse ano, para acomodar todas essas situações para cidade.

SR. JORGE FAGUNDES: Precisamos duma resposta. Não viemos aqui, como a Dona Elisa falou, para conversar vocês, amigo nós temos de sobra, e precisamos de uma resposta para isso. Sobre o nosso amigo que fala do fone 156, Procon, nós tentamos, de várias formas, mas acho que o pobre...

SR. WAMBERT DI LORENZO: Não, o fone 156 funciona para todos cidadãos; nós temos um número de 2 mil reclamações no Procon, em que mais de 90%

são resolvidas. Então, a crítica que estou ouvindo na plateia, que me antecipa o senhor, se for do Procon é absolutamente improcedente!

SR. JORGE FAGUNDES: Tá, beleza!. O que eu me refiro; bom, o Procon pode nos ajudar nisso, nessas dívidas. A conta é de R\$ 14 mil; como estávamos colocando, o vereador aqui paga R\$ 140, o outro...

SR. WAMBERT DI LORENZO: Se não estiver judicializado, o Procon pode ajudar, sim.

SR. JORGE FAGUNDES: Poxa, por que toda essa demora então? Porque nós procuramos...

SR. JORGE FAGUNDES: Porque ele precisa ser requerido. O Procon precisa ser requerido, ele não tem uma capacidade, digamos assim, onisciente, para saber onde estão os problemas na cidade. Os problemas coletivos, sim, mas as reclamações precisam chegar ao Procon.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Por isso que entramos com ação coletiva.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Isso, mas e não foi no Procon, foi no judiciário? Eu estou aqui para falar do Procon.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Daí, a minha irmã teve que assinar porque ela não tinha o que fazer.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Sim, mas estou aqui para falar do Procon; isso não foi no Procon. Então, o Procon não pode ser acusado de ineficiência!

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Fone 156, o pessoal tenta ligar todos os dias para o fone 156 para reportar algum problema; dificilmente...

SR. WAMBERT DI LORENZO: No fone 156, um dos canais é para o Procon, vai direto para o Procon; tudo que chega no Procon é atendido.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Então, o pessoal vai ter que começar a ligar de novo para o fone 156. E o caso da...

SR. WAMBERT DI LORENZO: As plataformas digitais do fone 156 remetem para o Procon. Tem que ir pessoalmente lá no Mercado Público, quando está o atendimento...

SR. JORGE FAGUNDES: Então o senhor não dê esse endereço para nós.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Mercado Público, no 1º andar, estamos lá.

SR. JORGE FAGUNDES: A classe miserável não está sendo enxergada aqui, meu amigo; se tu defendes o Procon, se tu te profissionalizou...

SR. WAMBERT DI LORENZO: Eu defendo o consumidor.

SR. JORGE FAGUNDES: Se o senhor se profissionalizou para defender o consumidor, nos dê oportunidade.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Estou para isso, estou aqui para isso! Estou dizendo que no primeiro andar do Mercado Público estamos lá atendendo, está bem?

SR. JORGE FAGUNDES: Podemos marcar, então?

SR. WAMBERT DI LORENZO: Não, é só aparecer lá.

SR. JORGE FAGUNDES: Está marcado?

SR. WAMBERT DI LORENZO: É só aparecer lá. Não tem agenda marcada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só chegar lá no Mercado?

SR. WAMBERT DI LORENZO: Isso!

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Para fazer uma sugestão aqui de encaminhamento, depois o senhor pode responder algumas perguntas. A CEEE disponibilizava o balcão para negociação das dívidas, com isenção de juros e multas, na medida do possível, mas desde que houvesse acompanhamento do Procon e da Defensoria Pública no ato da assinatura dos acordos; sem assistência do Procon ou da Defensoria Pública é inviável porque as pessoas não têm conhecimento – elas devem estar assistidas. Deve ter alguém, como o Jorge está falando, para que haja essa ajuda, de que maneira eles podem agir, pedir ajuda, buscar, juntamente com vocês, porque dívida de 10 anos, isso aqui é de 10 anos atrás, de 10, 15 anos atrás. Conta, se estou devendo, no mínimo um mês, um mês e pouco, tem que cortar. Mais alguém gostaria de falar para encaminhamento?

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Então, o Ver. Cassiá deu a ideia do Refis, que seria uma renegociação de dívidas em condições diferenciadas. Apenas salientando, retomando a questão regulatória, a regulação não exige que nenhuma concessionária faça parcelamento das faturas. Se não é regulatório, as concessionárias fazem para facilitar o acesso aos clientes para regularizarem sua situação. Nas situações em que a gente tem a regularização, o Refiz que entendemos adequado, pelo menos nesse primeiro momento, é a cobrança das faturas devidas naquele local ou eventuais cobranças de consumo

irregular, como o Wambert comentou, a respeito dos 36 meses – para isso a gente faz uma negociação de balcão nas comunidades, em 48 vezes, sem juros, sem multa, valor histórico do débito. Essa é a condição mais diferenciada que temos hoje; por isso que a amiga que tentou ir à agência recebeu a informação de que é em 24 vezes, porque essa informação em 24 vezes que a gente faz hoje, é informação com juros, com multa, parcelamento de balcão de agência. O atendimento que a gente faz nas comunidades já é um atendimento diferenciado, isentando todo tipo de correção de juro e multa, negociando em até 48 vezes. É uma política da empresa, que entende que é uma negociação já diferenciada. As situações de débito, a gente fala muito em questões coletivas da comunidade, mas infelizmente a gente tem que tratar cada caso como um caso. Eu trato o C pelo C; então, preciso identificar o que é o caso do Jorge, o que é o caso da Vanessa, o que a gente consegue negociar para o Jorge, o que a gente consegue negociar para a Vanessa. Então, a gente pode tratar aqui de questões coletivas, que a gente está vendo que está acontecendo nas comunidades, mas para resolver, de fato, botar a mão na massa, e eu tenho que estar lá na comunidade, fazendo individual. Isso a gente se compromete a fazer, como a gente fez na Vila Nova, na Restinga. A Dona Paula, estive lá no primeiro dia, antes de a gente entrar estive lá com a Júlia, bem na entrada da comunidade, sua associação, acho que é casa também?

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Vou sugerir que o Procon esteja junto nessas negociações.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Perfeito. A gente já fez um trabalho...

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Nosso representante legítimo em Porto Alegre é o Procon.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Estamos à disposição.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Perfeito, se possível a gente gostaria de conciliar agenda e atender em conjunto lá.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: E o vai acontecer com pessoal que já assinou, que foi coagido a assinar!

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Vamos rever esses contratos também; a gente vai atender todas as unidades.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Era para ter entrado a Defensoria Pública e o pessoal de vocês para fazer esse levantamento lá, e não aconteceu.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Perfeito. Nós já fizemos ações com a Defensoria Pública em várias comunidades; recentemente em Alvorada a gente fez uma também. Então, a Defensoria, o Procon são parceiros nossos; a gente vê relatos que a Equatorial estava lá, o Rodrigo estava lá, o Fábio estava lá; a Equatorial tem esse viés de estar junto....

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Ali na nossa comunidade...

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Realmente, tu tens razão. A gente não passou ali antes, como é o certo...

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: E sobre a qualidade, zela pela qualidade.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Isso.

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: O problema da Rua B, não é só minha casa, é a Rua B, metade da Rua B, assim: tu ligas um chuveiro, dá queda em tudo, dá queda em tudo; tu ligas um chuveiro, dá queda em tudo. Eu falei para

um rapaz lá – ele disse: “Pode ser o teu chuveiro que está irregular.” Eu disse que não, que a minha instalação é toda nova, tá tudo regular. E não é só a minha casa; em várias casas de vários moradores, liga um chuveiro, a luz enfraquece.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: É um horário específico, à noite?

SRA. VANESSA CAMARGO DA SILVA: Não; em qualquer horário, se ligar um chuveiro, enfraquece toda a luz. E isso aí pode estragar a geladeira, o que estiver ligado.

SRA. ELISA DA ROSA: Eu não posso sair daqui ouvindo uma mentira, eu tenho que corrigir sobre os parcelamentos. Para mim... Acho que agora estão ligando a minha luz, ou vou esperar chegar, não sei, parcelaram em 48 vezes, para mim. Eu parcelei porque eu tenho medo de ficar sem luz, e não quero fazer um gato. Se tiver que fazer, vou fazer, sem luz eu não vou ficar. Só que não é para todos os moradores. Tem três equipes; na quinta-feira tinha três equipes, porque eu falei com duas, e com a do meio eu não consegui falar – a da Rua B não consegui falar. Cada equipe faz de um jeito, tem uns que são mais educados, outros são terríveis, que nem vou falar, já falei aqui, mas não estão parcelando em 48 vezes para todos os moradores. Olhou para tua cara... Depende do que olhar, porque, como da moradora de R\$ 11 mil, não aceitaram, não é só uma. Para mim ele fez em 48 vezes. Eu assinei. Não sei como vou pagar, não sei, mas tenho medo de ficar sem luz, daí acabei assinando, mas não é para todos, só pra deixar claro que não é verdade.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Até para uniformizar então; esse atendimento no local, a gente vai uniformizar esse atendimento, esse estilo de negociação. A gente tem a questão também da Tarifa Social; então, quem tem a Tarifa Social tem um desconto diferenciado, quem ainda não está a com a Tarifa Social, a negociação de parcelamento é um pouquinho reduzida, mas isso a gente ajusta na comunidade. Eu acho muito importante a gente aproveitar o

gancho para dizer que a gente incentiva muito a Tarifa Social. Desde que a Equatorial chegou, passou, de 115 mil cadastros 230 mil cadastros da Tarifa Social, mais que dobramos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Não, a Tarifa Social, a CEEE cadastra com base no cadastro do Ministério da Cidadania; então, não tem como a gente cadastrar por conta.

SR. WAMBERT DI LORENZO: Tem a ver com consumo, com a condição social; presidente, só um dado que tenho aqui sobre a Tarifa Social. Em Porto Alegre temos 92.311 posições para Tarifa Social. Dessas, 48.059 estão ocupadas, então, nós temos espaço ainda para 44.252 domicílios que não estão usando a tarifa social. Já estamos mediando um convênio com a Secretaria de Serviço Social, com a Prefeitura e com a CEEE para a gente ir atrás desses domicílios para fazer a tarifa social chegar nesses 44.252 lares de Porto Alegre que podem ser beneficiados pela tarifa social. É um oceano de gente, é muita gente.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Faço aqui o registro também, conversando com os colegas aqui, no dia em que a Equatorial for fazer essa ação juntamente com Procon, nós – enquanto CEDECONDH, enquanto presidente – também estaremos acompanhando nesse dia esse trabalho para que a gente consiga fazer a efetivação desse auxílio também dentro da comunidade.

SRA. ANA PAULA P. DOS SANTOS: Uma última dúvida, para quem está em cumprimento de sentença e penhora de bens, como é que vai ficar a situação?

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Aí tem que ter uma análise jurídica. Eu não posso, de balcão, como a gente chama, atender de forma diferenciada esses casos. Vai ter que passar por uma análise jurídica interna nossa.

SRA. ANA PAULA P. DOS SANTOS: E como é que funciona isso?

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Se a gente conseguir fazer um acordo, a gente notifica a nossa área jurídica, eles homologam o acordo e acabam com a ação. No momento em que tu fizeres um acordo, essa informação chega ao nosso jurídico e a ação é...

SRA. ANA PAULA P. DOS SANTOS: Mas o problema é que o acordo é em 48 vezes. Não tem como nós pagarmos, não existe possibilidade.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Teria que avaliar o teu caso pontual. Hoje o que nós temos de padrão é o de 48 vezes, mas teria que analisar o caso pontualmente, não tem como dizer de pronto assim. Depois tu me passas a tua unidade consumidora que eu avalio e te dou um retorno.

SR. JORGE FAGUNDES: Sobre essas contas nas quais o erro foi da empresa? Essas contas de 11.000 por erro da empresa, como é que fica isso? São 11, 14, 16 em que os gatos foram ligados na rede das pessoas, que seria um compromisso da empresa, e a empresa não fiscalizou, não mandou um aviso de corte nem nada, e se tornou isso aí. Eu quero saber de vocês como é que ficam essas contas.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Em qualquer situação, a Equatorial não se furta à questão de dizer que errou. Pode acontecer, são 1,8 milhão de faturas que a gente emite por mês. Aconteceu – a dona Paula é testemunha – na Vila Amazônia de a gente ter algumas faturas emitidas entre ligar e iniciar a contagem da medição, demorar alguns meses e vir faturas acumuladas por erro

nosso. A gente foi lá corrigiu mais de 300 faturas na Vila Amazônia. Então não tem problema nenhum em a gente admitir que errou e corrigir a fatura.

SR. JORGE FAGUNDES: Para nós não é isso.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Eu sei. Mas analisando o caso pontual, a gente verifica; se tiver erro nosso, a gente com certeza vai corrigir. Quanto a isso não tem problema nenhum.

SR. JORGE FAGUNDES: Corrigir é corrigindo essas contas. Porque, se foi feito um gato para fora do meu portão, é responsabilidade da empresa, não minha.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Eu entendi o ponto de vista.

SR. JORGE FAGUNDES: A responsabilidade minha é do poste para dentro.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Entendi porque eu conheço o processo antigo.

SR. JORGE FAGUNDES: Se vocês conhecem, então, é dessa forma.

SR. FÁBIO HENRIQUE PINTO NUNES: Nós temos que sair daqui com a realidade, pessoal. Aquela moça lá que diz que tem cinco filhos e só o marido trabalha, tu me permites, desculpa, o teu marido recebe quanto?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. FÁBIO HENRIQUE PINTO NUNES: Um salário mínimo, com cinco filhos. Pessoal, eles podem fazer quantos acordos vocês quiserem, eles não vão poder pagar nunca. Aquela senhora ali de 11.000 vai fazer acordo para ter luz, mas no outro mês ela não vai conseguir pagar. O Ver. Cassiá Carpes foi muito bem, é

um Refis que você tem que fazer em 100 vezes para mais até, porque senão... Esta comissão vai estar chamando vocês toda hora aqui, porque daqui a dois meses ela não vai pagar.

Eu estou tentando ajudar comunidades, é bem claro, vocês podem fazer o que vocês quiserem, mas um acordo em 48 vezes... o que é para Francisco é para Chico. Você acabou de dizer que tem que ver caso a caso, se tu deres 100 vez para aquela senhora, tu tens que dar 100 vez para irmã dela, porque o que é para Chico é para o Francisco; o que é para Francisco é para Chico. Se ela tem direito, a outra também tem direito. E a dívida do DMAE que elas devem ter também, porque a situação...

E outra, em 2019, nós estávamos vivendo uma pandemia, vocês deveriam ter feito social, não cobrar R\$ 500,00 numa conta. Esse povo aqui é um povo sofrido, eu já falei para vocês, nós somos sofridos. Eu entendo aquela moça da Minuano porque eu moro ao lado da Minuano. Pessoal, ali tu ligas um chuveiro de noite ali – foi o que eu falei – corre risco de incêndio porque as fiações são tudo uma por cima da outra.

Quando vocês vieram aqui para Porto Alegre, vocês se preocuparam primeiro em botar equipes para cortar a luz, foi isso o que aconteceu.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado. Ótima a tua intervenção. Essa questão de que nós estamos falando aqui, no ano que vem nós, temos campanha eleitoral e nem o governo pode fazer Refis no ano que vem. Então, não vamos deixar tudo para lá porque depois dá incomodação. Esse Refis será muito importante para vocês se anteciparem aos fatos, às regras do jogo, como se diz. E eu acho que a opinião meio geral aqui dá uma luz para vocês nos ajudarem e ajudar esse pessoal. O Refis é melhor do que não receber, em qualquer circunstância, é melhor. O DMAE, como falado, já fez Refis, nós aprovamos. Tudo passa por esta Casa aqui, que é a casa de vocês. Tudo que tem de isenção para vocês têm que passar por aqui, o prefeito não tem autonomia. Ele é Executivo para executar, e nós somos, o Legislativo, é para fiscalizar. Então nós queremos ajudar nisso.

Além dos encaminhamentos que já foram feitos aqui, Presidente, peço encaminhamento para que a nossa comissão vá visitar o presidente da empresa CEE Equatorial porque isso é muito importante. Nada contra vocês, mas tu sabes que as hierarquias existem e sempre vão existir. Então nós queremos ajudar nesse sentido. Eu acho que o debate é bom, e a proposta também. Obrigado.

SR. ANDRÉ MARCHESAN: Aquela senhora da conta de 11.000, quem é que já tem coisas judicializadas? Sra. Paula, vocês tiveram advogado?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ANDRÉ MARCHESAN: A senhora chegou a procurar a Defensoria?

SRA. CRISTINA BARCELOS DOS SANTOS: Eu nunca recebi uma notificação do fórum, nada, nada. Eu fui saber, por telefone, há pouco tempo.

SRA. ANA PAULA P. DOS SANTOS: Na verdade, eu tive. Só que eu creio que ela negligenciou, e o pessoal recorreu. Quando vê, apareceu uma dívida lá para mim de 11.700.

SR. ANDRÉ MARCHESAN: É porque, dentro do sistema judiciário – eu sou promotor –, mas esses valores, até o professor Wambert falou em 50, isso não tem o menor sentido, 51.000 é ... e mesmo 11.000. Ainda que haja questões, é um valor que é bastante, digamos assim, inusual até para que saia esse tipo de bloqueio obviamente. Mas nisso aí também tem questões que precisam ser individualizadas na Defensoria. Às vezes é um advogado, eu não vou questionar o advogado, mas às vezes deixa passar, não presta atenção, não recebe, tem muito processo e processo eletrônico, é um copia e cola. Muita gente se perdeu, muito advogado se perdeu nisso, eu não estou falando especificamente, mas isso aí certamente é um procedimento que tem que ver individualmente.

Eu estive no Procon, aliás o Procon aqui de Porto Alegre está numa instalação bem difícil ali, eu acho que poderia haver... eu acho é extremamente importante. O Procon é bastante eficiente e nessas, digamos assim, em negociações futuras têm que haver o Procon e, dependendo também, a Defensoria para que o acordo seja mediado seja para bem ou para o mal, e não se diga depois. Porque realmente esses valores aí são desproporcionais e eu falei aqui reservadamente. Eu concordo, vereador, não dá, precisa ter um plano de trabalho. Eu estive na reunião da CEEE, na semana, sobre os temporais, e eu falei até pro presidente, precisa ter um plano de trabalho, precisa ter, e ninguém quer desmerecer a empresa, até porque a empresa está prestando um serviço e tem que ser remunerada e tem que se comunicar melhor; isso é uma das coisas que eu falei, tem que apresentar um serviço, tem que se comunicar melhor, e tem que perceber a dimensão de alguns problemas em que ela entrou. Isso é uma coisa que não adianta dizer assim: “Nós vamos ter um plano pro ano que vem...” Já tem que ter um plano pra agora, pelo menos pra apagar esse incêndio, que é um incêndio que, se essas pessoas forem, e está aumentando, está aumentando, e eu já falei isso também pro advogado, precisa ter um plano, e esse plano de contingência eu não ouvi nenhum relato aqui que me pareceu desproporcional. Eu tenho 32 anos de promotor, vou fazer 60 anos de idade, eu não ouvi nenhum... A gente aprende a ouvir as pessoas, é importante isso, às vezes a gente ouve pessoas que são – os vereadores também –, a gente ouve pessoa malandra, que entra por um ouvido e sai pelo outro e finge que não... Não me pareceu ninguém aqui intolerante, ninguém aqui fez espalhafato, ninguém pareceu de má-fé, ninguém apareceu de má-fé; eu não estou vendo aqui algo que eu pudesse dizer assim: “Não, o pessoal está reclamando e... Não, não me pareceu, e entendo a posição de vocês, eu entendo a importância desse trabalho, muita coisa foi negligenciada na antiga CEEE, mas eu vou fazer coro aos vereadores, precisa ter um plano, precisa apresentar alguma coisa, porque daqui a pouco vocês vão ser dragados por um furacão – eu não falo furacão de tempo –, daqui a pouco vai vir uma ordem judicial de não pagar, e aí fica pior pra vocês e fica pior pra quem é correto, que começa a ver que o vizinho não paga

e não vai querer pagar também. Então essa situação é a realidade, a pessoa correta começa a pensar também: “Por que que eu vou pagar, se não estão pagando...” E se sente mal, se sente mal, e eu acho muito, muito, eu vou repetir: é muito importante que vocês façam essa intermediação para com a defensoria, eu diria que vocês não têm que esperar eles, vocês têm que ir ao encontro deles, é urgente isso. Essas contas aí são desproporcionais; essa de 51, eu não sei se já tinham comentado comigo, mas essa de 11 mil claramente é uma conta que não vai ser paga...

SR. WAMBERT DI LORENZO: E há uma coincidência, pelo que me parece, Dr. André, é que foi à revelia; é muito estranho né; estranho é, quem está no direito sabe que isso acontece, mas as duas contas chegaram a esse patamar sem os réus terem conhecimento da ação.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Para encerrar, então, pessoal, vamos marcar essa reunião com a comissão, juntamente com, o Cassiá falou com o presidente da empresa, a visita, e marcar já pra esse pessoal pra ir lá na vila e começar a atender um por um, e essas contas altíssima aí, a maioria ok que vai já aproveitar e falar com o Wambert, ele está aqui, porque não tem como né; se não houver essa iniciativa pra sentar, negociar e conversar e ver realmente, porque chegar uma dívida de R\$ 14 mil; deve ser de quanto? Trinta anos isso?

(Manifestações fora do microfone. Inaudíveis.)

SRA. THUANY KETLEN DE OLIVEIRA SILVA: Desculpa, eu mandei a minha mãe botar no nome dela a luz, porque eu estou em dívida, eu fui ver, eu estou com R\$ 40 mil de dívida com a luz. Não sei nem de onde que eu vou tirar, com filha, com um bebezinho agora, imagina R\$ 40 mil. Aí a minha mãe botou o carro dela no meu nome, eu tenho que tirar, porque eles vão levar até o carro junto né; tudo, tem que tirar correndo; R\$ 40 mil, de onde?

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Uma conta de R\$ 40 mil...

SRA. THUANY KETLEN DE OLIVEIRA SILVA: Bah, eu não sei o dia, mas eu pesquiso e depois eu mando pra vocês; R\$ 40 mil. Imagina... dá pra eu comprar um carro com esses R\$ 40 mil, um belo de um carro ainda.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Para encerrar, Alessandro, por gentileza.

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Só pra dar um encaminhamento aqui, eu acho que podemos alinhar com o Procon uma data da ida à Santo André, aí a gente conversa o mais rápido possível né, Wambert..

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Para nós, aqui, por exemplo, segunda-feira à tarde nós temos a plenária e quarta-feira também...

SR. WAMBERT DI LORENZO: Essas ações em geral são no sábado, presidente, que é quando as pessoas estão em casa...

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): No sábado; maravilhoso...

SR. WAMBERT DI LORENZO: Em dia de semana a gente não encontra o consumidor em casa, é ação estrutural também do Procon que a gente não pode desalojar o nosso atendimento pra poder, não tem pessoal pra isso. Então, no sábado, como o Procon está fechado no Centro, a gente desloca o pessoal para as vilas.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Então a gente vai organizar com o Jorge, que é o líder comunitário da Santo André, com a Vanessa, com a Paula lá da Vila Amazônia né, e com a Viviane lá do Mário Quintana, do Sarandi também, do Sarandi a gente vai ver, também, pra gente já...

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Isso, eu proponho daqui a pouco o atendimento lá na Santo André, que é o mais urgente, pra gente poder atender cada caso, com a presença do Procon; os casos pontuais que a gente pegou aqui, nós vamos pegar as unidades consumidoras e dar o retorno pontual pra cada consumidor; na Vila Amazônia, a questão dos medidores lá caindo, queimados, vou solicitar o encaminhamento de uma equipe lá ainda essa semana para verificar todos esses casos; com relação à Amazônia, ainda temos aqueles cento e poucos moradores que não têm cadastro né; aquilo que a gente pediu um auxílio da senhora também lá, pra tentar ajudar, a gente precisa terminar a regularização lá e não consegue...

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Tem um mercadinho que gasta R\$ 2.000,00 de conta de energia...

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: É, também, é outro que dá pra fazer uma revisão, mas a situação da Vila Amazônia é que a gente não consegue concluir a regularização, porque ainda tem essas cento e poucas famílias que a gente não conseguiu fazer o cadastro, não quiseram ou não estavam, na verdade, a maioria não...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. ALESSANDRO DA SILVA TRINDADE: Então isso a gente retoma, a gente retoma esse assunto com a senhora também essa semana. Eu acho que é isso, o plano de trabalho ficou claro aqui que a gente precisa apresentar, a gente apresenta pros senhores em breve também, verificando a questão não só das 48 vezes, mas essa questão do Refis que o Ver. Cassiá sugeriu. Acho que, de modo geral é isso, a gente agradece a presença aqui, é sempre importante a gente estar próximo, vocês percebem que Equatorial está próxima da comunidade, tem muita coisa a ajustar, a gente sabe, é um processo, como a gente falou antes, pegou muita coisa por fazer, e agora a gente está correndo

atrás, está fazendo o possível, mas o mais importante é que a gente está junto, a gente está perto, e vamos resolver todos os casos que forem possíveis de resolver.

PRESIDENTE CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Foram feitos todos os encaminhamentos aqui. Agradecemos a presença de todos, a Equatorial mais uma vez aqui presente, e, com certeza, nós estaremos presentes também dentro da comunidade aí, fazendo esse papel de estar fiscalizando esse serviço para que a gente consiga, não para nós, mas para vocês, porque a nossa intenção, de todos os vereadores aqui, não é trabalhar para nós e sim para o que for melhor pra vocês enquanto comunidade; essa é uma pauta, a outra pauta que vocês vieram aqui também, a comunidade veio aqui pra saber sobre habitação, sobre a questão da sua realidade lá, saíram daqui já com encaminhamento, já sabendo das situações. Então, os encaminhamentos já foram dados; dou por encerrada então essa reunião de hoje; agradeço ao Ver. Medina, proponente da pauta desta tarde, uma pauta que acaba afetando a todos os vereadores desta Casa, assim como a da semana passada aqui foi uma pauta muito intensa, que foi colocado prontamente pra que a gente consiga trabalhar em cima dessa realidade que vem nos afrontando. E temos que nos preparar agora pra esse final de semana né, a Equatorial, porque esse final de semana vem, conforme a previsão do tempo, pior que essa última que veio agora há pouco tempo; a previsão do tempo é chuva, ciclone, enfim, então acredito que a Equatorial já está se preparando também né, agora com antecedência, para que a gente consiga também trabalhar nesse sentido de prevenção né, pra que a gente consiga não deixar acontecer o que aconteceu agora nesse último ciclone. Então, boa tarde a todos. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 16h30min.)